

RESUMO

Analisando o contexto desportivo da atualidade, a tendência predominante é para o alargamento crescente dos hábitos desportivos da população. Isto acontece porque o desporto tem implícito um sentido sistémico, que acompanha tendências socioculturais mais amplas, consequência não só da sua procura e da prática, mas também da influência que é exercida nos indivíduos pelas entidades que atuam no domínio desportivo.

Tem-se vindo a assistir, no contexto desportivo nacional, a grandes alterações operadas no seio dos clubes desportivos tradicionais, que se reorientam nomeadamente para uma lógica de mercado, mas mantendo os seus objetivos principais.

Posicionando-se neste campo de discussão, este trabalho apresenta um projeto de intervenção na área desportiva, mais precisamente na área dos desportos náuticos. Este projeto, que visa a promoção do acesso aos desportos náuticos no concelho de Montemor-o-Velho, procura responder a necessidades locais de carência desportiva na modalidade náutica de canoagem, através de recursos endógenos existentes (como é o caso do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho), num contexto de mudança numa comunidade marcadamente rural e recorrendo à parceria como estratégia de impacto territorial. Este projeto foi pensado, desenvolvido e criado no seio de uma entidade desportiva local – Clube Infante de Montemor – através de um diagnóstico de necessidades aferido pela mesma entidade e como forma de responder aos objetivos do Plano Estratégico do mesmo para o mandato 2009/2012. Tendo iniciado implementação já em Junho de 2012, encontra-se ainda numa fase embrionária.

O projeto poderá contribuir para a tomada de consciência e formas de atuação que resultem em novas vias para o desenvolvimento desportivo, nomeadamente nos seguintes aspetos: aumento em quantidade e qualidade de praticantes, aumento de taxas de utilização de equipamentos desportivos e uma melhor gestão desportiva (sustentada e participada), aposta numa política desportiva de ação, com mais rigor, conhecimento da realidade e organização na sua forma de implementação.

ABSTRACT

Analyzing the context of sport today, the prevailing trend is for an increasing growth of the population's sport habits. This is so, due to the fact that sport activity has an implicit systemic sense that follows broader sociocultural trends, which, in turn, are a consequence not only of its demand and practice, but also of the influence exercised on individuals by entities that operate in the field of sports.

We have seen, within the context of national sports, major changes operated within traditional sports clubs, which redirect their purposes in order to suit market logic, though keeping their main objectives.

Bearing this in mind, this paper presents an intervention project within the sports area, more precisely in the area of nautical sports. This project, which aims to promote access to water sports in the county of Montemor-o-Velho, seeks to respond to local needs for canoeing through existing endogenous resources (such as the High Performance Centre of Montemor-o-Velho), in a context of change in a notably rural community and resorting to partnerships as a strategy of territorial impact. This project was designed, developed and created within a local sports entity - Club Infante Montemor - through an assessment of needs measured by this same entity and as a way to meet the goals for its Strategic Plan for the 2009/2012 mandate. Having already been implemented in June 2012, it is still at an early stage.

The project will be able to contribute to an awareness and to forms of action that will result in new pathways in the development of sports, specifically in the following aspects: an increase in the quantity and quality of athletes, a raise in utilization rates of sports facilities and in an improvement in sports management (sustained and participated), supported by a sporting action policy, more accurately, by a knowledge of reality and organization in its implementation.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Daniel e Fernanda, que sempre me ensinaram o valor da honestidade, da perseverança, da humildade e da luta pelos meus objetivos.

Ao meu marido Rafael, que sempre me incentivou a continuar, a buscar pela realização pessoal e profissional, que me apoiou sempre nas minhas decisões, que foi e é o pilar fundamental na minha vida, que nunca deixou de acreditar em mim.

Ao José Charro, amigo, colega de direção e de trabalho, pelo apoio que me deu ao longo da realização deste projeto, pelas aprendizagens que, com ele, fiz ao longo de 10 anos, pelas dicas, pela busca de respostas e pela sua tenacidade e empenho no planeamento estratégico e defesa dos objetivos desportivos do concelho de Montemor-o-Velho.

Ao Professor Doutor Claudino Ferreira, que não tive o prazer de ter enquanto docente, mas que aceitou ser o meu orientador neste projeto, num momento decisivo e que, por esse motivo, lhe estarei grata para sempre. Pelo rigor, pela brevidade de respostas, pela disponibilidade, pela sua eficiência, pela sua frontalidade.

Ao Professor Pedro Hespanha, pela sua paciência, orientação, organização e acompanhamento, enquanto docente e coordenador do mestrado.

Às minhas colegas de mestrado Andreia, Cristiana e Inês, que nunca permitiram que eu desistisse.

À Luísa Queiróz, pela preciosa e incisiva ajuda que me deu.

INTRODUÇÃO

Este relatório consiste na apresentação de um projeto de desenvolvimento desportivo, na área específica dos desportos náuticos e pretende ser um contributo para a dinamização territorial do concelho de Montemor-o-Velho, em geral, e do Clube Infante de Montemor (CIM), em particular, de forma a proporcionar um acesso equitativo e atrativo às modalidades náuticas desportivas e a rentabilizar as infraestruturas desportivas de excelência, existentes no concelho. Importa esclarecer que este é um projeto cuja implementação teve início em Junho de 2012, enquanto concluída o mestrado e, como tal, está ainda numa fase embrionária, pelo que apenas aqui apresento as suas propostas de intervenção, dado neste momento não dispor de dados quantitativos e qualitativos que o sustentem de forma plena.

É um projeto de intervenção desportiva para uma entidade sem fins lucrativos, cuja génese e elaboração resulta da minha experiência como dirigente da associação, onde assumo funções técnicas, tanto na direção, como na equipa de intervenção do Clube Infante de Montemor e, no quadro da minha atividade, dediquei-me à aferição do projeto que apresento, em colaboração com os restantes membros diretivos e corpo técnico da entidade. Já na conclusão da implementação do plano estratégico do CIM para 2009/2012 se constatou a insuficiência de respostas para os problemas com que se debate a associação na promoção da atividade desportiva, traduzidos desde logo numa diminuta taxa de prática desportiva náutica no concelho, que, não obstante, possui o maior equipamento desportivo de sempre da área. Assumiu-se por isso como estratégica a aposta nas modalidades náuticas, como forma de não só rentabilizar os equipamentos e infraestruturas/recursos de que dispõe o concelho, como também de cativar novos atletas e praticantes, nomeadamente através da formação. O presente projeto ganha por isso uma enorme pertinência e uma importância extrema, já que define um plano de intervenção que procura colmatar uma série de lacunas observáveis quer na atividade da associação, quer no desenvolvimento da prática desportiva no concelho: 1) a insuficiente cobertura espacial da prática do desporto náutico que, conseqüentemente, nos remete para uma centralidade da oferta no seio da sede de concelho (esta com deficiente cobertura de transportes); 2) a fraca oferta desportiva e a inerente e reduzida capacidade de resposta das entidades (resposta esta tipificada e não adequada a todas as realidades e necessidades populacionais); e 3) a pouca difusão da prática náutica. Igualmente importante é o facto de que o projeto visa uma proposta adequada aos propósitos do planeamento da carta desportiva do

concelho de Montemor-o-Velho, prevendo intervenção predominantemente centrada na população jovem, que observamos ser crescente no concelho.

Para que um projeto deste âmbito seja desenvolvido de forma eficaz, a primeira necessidade é conhecer muito bem o território em que se pretende trabalhar. Trabalho no território de Montemor-o-Velho há cerca de 10 anos, desde que iniciei a minha atividade profissional. Desde sempre que fui incentivada pelas entidades com as quais colaborei a conhecer e utilizar os instrumentos de caracterização do território, como o diagnóstico social do concelho ou a carta desportiva. Como tal, o desenvolvimento deste projeto assenta no conhecimento prévio do território, tanto por via da vivência direta, como por via da abordagem estatística e documental, que aprofundei para efeitos deste trabalho. Tendo por base esse conhecimento acumulado, desenvolvi um trabalho de identificação das principais lacunas/necessidades/problemas diagnosticados no concelho (ao nível desportivo), através da operacionalização de 2 instrumentos principais: o plano estratégico do CIM e uma análise *swot* elaborada pela mesma entidade. A partir daqui, tentei sondar que recursos endógenos poderiam ser usados e que parceiros poderiam contribuir para a atenuação dos problemas identificados, através não só do seu *know-how*, como dos seus instrumentos e recursos diversos (técnicos, humanos, materiais). Terminado este levantamento, procurei construir alguns quadros de síntese em que tive como objetivo principal articular as especificidades encontradas e operacionalizar as atividades e tarefas a realizar no âmbito do projeto: 1) identificação dos problemas, das suas causas prováveis, dos grupos de população mais afetados, dos recursos disponíveis e das necessidades a satisfazer; 2) estabelecer metas, produtos, atividades principais e tarefas associadas.

Concluído o processo de articulação e operacionalização de condicionantes e variáveis, tendo em conta o conhecimento prévio do território e a capacidade de resposta que o CIM poderia dar, senti necessidade de definir e estabelecer objetivos (quantitativos e qualitativos) e resultados esperados com a implementação do projeto, estabelecendo um prazo tido como conveniente e ajustado para a realização/calendarização de atividades. Com esta fase do processo concluída, era necessário contactar todas as entidades do concelho e/ou com intervenção no mesmo, identificadas na primeira fase, dar a conhecer o projeto em termos práticos e os seus objetivos e perceber de que forma cada uma dessas entidades poderia contribuir para o sucesso do projeto.

No plano mais teórico e genérico, o desenvolvimento do projeto que aqui apresento apoiou-se numa reflexão crítica sobre o que se tem vindo a escrever, sobretudo em

Portugal, a respeito dos temas centrais com que o projeto lida: o papel e a situação do desporto na atualidade, nas suas várias vertentes; as políticas públicas para o desporto e a prática desportiva; o papel do tecido associativo e dos clubes desportivos à escala local. Concedi especial atenção ao que tem sido feito em Portugal na área específica do desporto náutico, pesquisando contributos que ajudassem a enquadrar o projeto em tendências mais gerais e que o enriquecessem.

Finalmente, importante foi também definir patamares e instrumentos de avaliação, bem como uma série de questões práticas relacionadas com equipas de intervenção, operacionalização e dinamização de atividades e exequibilidade do projeto e dos objetivos.

Posto isto, são 3 as partes que compõem o presente relatório. A primeira parte “Do desporto ao associativismo: as políticas e a institucionalização”, sintetiza o quadro global de discussão sobre as áreas de intervenção em que o projeto se posiciona. Visa sobretudo a exploração de conteúdos e um maior conhecimento sobre a temática desportiva, sendo discutidos argumentos e conceitos em torno de temas como as políticas públicas, a institucionalização do desporto, o âmbito de atuação dos clubes desportivos e o papel das associações.

A segunda parte “Contexto de enquadramento do projeto: a atividade desportiva no concelho de Montemor-o-Velho e o papel do Clube Infante de Montemor” tem como objetivo caracterizar, através de um breve diagnóstico, o terreno de intervenção do projeto: o concelho de Montemor-o-Velho. Analisa-se assim os traços essenciais do concelho nos seguintes domínios: território, geografia, população e atividade desportiva em contexto associativo. Apresenta-se também brevemente a história, missão e objetivos do Clube Infante de Montemor, como clube desportivo/associação e entidade executora do presente projeto.

No terceiro ponto “ADNMONTEMOR”: um projeto de promoção do acesso aos desportos náuticos no concelho de Montemor-o-Velho” apresenta-se finalmente, nos seus detalhes, o projeto aqui proposto. Num primeiro momento, apresentam-se e discutem-se os objetivos e âmbito do projeto, os problemas a que procura responder, o impacto que se deseja que tenha localmente, equacionando-se ainda 4 pontos considerados fundamentais para o desenvolvimento desportivo do concelho. Num segundo momento, descrevem-se os procedimentos metodológicos e as componentes práticas do desenvolvimento do projeto. Esclarecem-se aí de forma detalhada todos os itens relacionados com as respostas que o projeto procura dar em termos de atividades (por áreas principais), serviços e produtos, bem como os resultados esperados.

1. DO DESPORTO AO ASSOCIATIVISMO: AS POLÍTICAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

1.1. A IMPORTÂNCIA SOCIAL, CULTURAL E ECONÓMICA DO DESPORTO NA CONTEMPORANEIDADE

Reconhecendo todo o processo que está por detrás do aumento da importância do desporto, importa frisar que o mesmo tem vindo a ganhar relevo, já que comporta inúmeras capacidades de satisfação na ocupação de tempos livres. Mais, o desporto constitui-se como “um espaço de sociabilidade e de partilha de interesses comuns, permitindo níveis de integração social e de identificação, numa sociedade cada vez mais globalizante e mediática, e (...) como um símbolo de distinção social e marca de um estilo de vida.” (Marivoet, 2002: 39).

Quando falamos em estilos de vida, importa salientar que as escolhas das modalidades desportivas estão diretamente relacionadas com os mesmos. Ou seja, a diferença está no acesso do indivíduo à atividade, o que implica competências e conhecimentos, em detrimento de um acesso generalizado a um evento ou modalidade, assumindo-se assim a prática desportiva como um espaço de realização e de afirmação na sociedade.

Mas nem só de estilos de vida depende a prática desportiva. Os valores socioculturais também influenciam a procura de prática desportiva. Estes valores, associados à política do desporto para todos e da democratização do acesso ao mesmo, promoveram a prática de cultura física de tal forma que generalizaram a prática desportiva. A verdade é que, mesmo considerando o atraso português, em termos desportivos, quando comparado com outros países da Europa, a tendência é a abrangência crescente dos hábitos desportivos. E, como tal, é necessário, neste prisma, que as políticas desportivas (em termos locais ou centrais) proporcionem uma oferta atenta às necessidades e expectativas da procura. Caso contrário, continuaremos a assistir a obstáculos ao seu desenvolvimento. É uma realidade que, de terreno para terreno, de zona para zona, do rural para o urbano, há grandes assimetrias em termos de hábitos desportivos. Num estudo mencionado por Marivoet (2002), acerca dos hábitos desportivos da sociedade portuguesa, é visível que “nos distritos predominantemente rurais está intimamente ligado com os universos culturais e ambientais (...)” (2002: 63). Mas também é importante a sua contextualização em termos da relação estabelecida entre a oferta (equipamentos desportivos, clubes, associações) e a procura (grupos com diferentes hábitos desportivos). Desenganemo-

nos ao pensarmos que as mudanças de valores não acompanham os níveis económicos e culturais de uma dada categoria social. A diferenciação social no desporto é uma realidade e está intimamente ligada com a ideia enraizada de que determinado desporto é de “elite” ou não, a sua frequência é cara ou não, é acessível ou não. Neste aspeto, temos que contar com as gerações mais jovens para uma total viragem de valores e uma maior participação desportiva e diversificada, embora, de acordo com Marivoet (2002), sejam predominantes as modalidades de equipa e de carácter de competição.

Um aspeto importante a tomar em consideração, quando discutimos em torno de questões associadas ao desporto (em sentido geral), e aos desportos náuticos (em sentido particular), tal como nos referencia Neto (1997), é o facto de que o impacto dos acontecimentos desportivos no cidadão comum assume grande importância, quando analisamos o comportamento do mesmo à luz de 4 fatores: “ (...) 1) o tempo passado a absorver a informação veiculada pelos media, 2) a forma e o tipo de participação em atividades voluntárias ou organizadas por instituições vocacionadas para o efeito, 3) o consumo de publicidade ou formas associadas e 4) as dinâmicas coletivas e sociais implicadas ” (1997:2). Como tal, é facilmente perceptível que o indivíduo, integrado numa sociedade, tem maior tendência para a prática de um desporto que está generalizado na maioria das coletividades e associações, mais promovido ou até mesmo que obtém maiores índices e melhores resultados, em termos de prática em si.

No entanto, se pensarmos no contexto montemorense, em que a canoagem é o desporto com melhores resultados em termos de competição, mas não em termos de participação de lazer ou formação, nem tão pouco em termos de divulgação e implementação, o que poderia, à partida, parecer antagónico, pode revelar-se esclarecedor, em termos da reduzida prática desportiva náutica, quando analisado à luz destes 4 fatores supra mencionados. Quer isto dizer que, não podemos dissociar a influência que pode ser ou é exercida sobre o indivíduo, da implementação que é territorializada, nem da sua participação. E, posto isto, poderei afirmar que a situação atual dos desportos náuticos no contexto montemorense pode dever-se, seriamente, a alguns (senão todos) destes fatores.

Igualmente importante e a reter na discussão do conceito de desporto é o facto dos novos valores de cultura física e desportiva “renascerem” e darem lugar ao desporto para todos, vindo contrariar as anteriores tendências generalizadas de que o desporto

era dirigido apenas aos indivíduos com melhores condições físicas para as prestações de natureza competitiva (Elias e Dunning, 1994). O que se verifica é que, associado ao fenómeno crescente da globalização, a tendência social é para atingir o desporto “padrão” e o estilo de vida que as sociedades ocidentais consideram como o mais correto, quando analisado à luz dos valores das mesmas (os dominantes). Assiste-se, cada vez mais, segundo Marivoet (2003), a uma institucionalização do desporto e da sua difusão, que se prende com o que cada entidade entende ser a estratégia de resposta às necessidades ou anseios da população, sem recorrer a diagnóstico de necessidades, por exemplo, ou uma análise das características territoriais desportivas diagnosticadas numa dada sociedade e uma aplicação de estratégias de resposta às mesmas.

1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESPORTO

De acordo com Neto (1997), o desporto representa atualmente um dos fenómenos mais importantes da sociedade contemporânea. Na sequência de inúmeras transformações que ocorreram na esfera laboral (o descanso semanal, a obrigatoriedade do número de horas de trabalho, a idade da reforma), criaram-se condições para que houvesse uma maior adesão à prática desportiva, dado o aumento do tempo livre. Estas questões, associadas a outras, como a sedentarização instalada no seio das vivências individuais, provocaram a aposta em políticas desportivas e a sua promoção, a partir sobretudo dos anos 70. O desporto, segundo Marivoet (2002), acabou por ser reconhecido como um direito de cidadania, que permitiria a prevenção de doenças, a promoção da saúde e a melhoria do bem-estar de qualquer cidadão, bem como sinónimo de melhoria de produtividade na esfera laboral. E assim começamos a assistir a um período de bastante desenvolvimento infraestrutural desportivo nos territórios, para permitir a efetivação do direito ao desporto. Esta efetivação foi conseguida através da crescente criação de condições de acesso à prática desportiva para todas as faixas etárias e a adequação às necessidades e vontades dos indivíduos, com grande ênfase colocada na comunidade escolar, de forma a criar hábitos, competências e gosto pela participação. A partir daqui, começamos a assistir à diversificação da prática desportiva, com o aparecimento de várias modalidades e a transformação de outras tantas já existentes, de forma informal.

Mas a verdade é que o sistema desportivo passou a revelar-se muito mais do que uma prática desportiva com o objetivo de atingir uma determinada performance. Segundo

Marivoet (2002) “(...) as fronteiras entre as diferentes práticas desportivas não são estanques. Uma e outras convivem aos mais diferentes níveis, afetando-se mutuamente, quer ao nível das organizações, dos protagonistas, ou das próprias modalidades em si mesmas.” (2002:30). Mais do que isso, é sabida a existência de níveis de concorrência que umas práticas desportivas exercem sobre as outras, levando o indivíduo a apostar num protagonismo ativo, enquanto praticante de uma modalidade, em detrimento daquelas práticas que só procuram o espetáculo desportivo (como seja a prática de competição ou federada). Aqui é notório também que o aparecimento de novas práticas desportivas pode levar ao abandono de atletas de competição numa determinada modalidade, dado o carácter informal e lúdico que caracteriza o consumo cultural atual (e que contrasta com a rigidez de uma prática de competição).

Posto isto, fará mais sentido falar em desporto num sentido mais lato, plural, dado o seu sentido sistémico, que naturalmente decorre do valor que é atribuído ao investimento financeiro e educativo necessário. A partir daqui, é produzido um contexto social de prestígio e poder nos espaços sociais ou de aumento de *status* económico, aliado ao bem-estar físico e de saúde, que culmina no que Marivoet (2002:32) denomina de “interesses e saberes partilhados, potenciadores de sociabilidade e de vivências agradáveis, que para muitos se constituem como reais sentidos da vida”.

Segundo Romão (2005:4), dever-se-á adotar um novo modelo de desenvolvimento desportivo que vise sobretudo potenciar as ações sinérgicas de todas as instituições de cariz desportivo, de saúde, educativo, público na área desportiva e outras que façam sentido para o desenvolvimento desportivo de um território, em termos desportivos de lazer, federado, escolar e de recreação. Que seja esclarecedor no planeamento de ofertas desportivas e de planeamento e gestão de eventos, bem como na gestão de equipamentos desportivos. Outro fator importante referido pelo mesmo autor prende-se com a promoção turística associada ao desporto, nomeadamente a realização de eventos, provas, espetáculos e turismo ativo associado ao desporto.

De acordo com Correia (2008:1), as políticas públicas desportivas podem ser de dois tipos: 1) ação ou 2) omissão. Qualquer um deles é uma política pública e nela intervêm “agentes e órgãos públicos políticos responsáveis pela sua definição e condução efetiva”.

Mas vejamos cada um dos casos: no caso das políticas públicas de ação, estas prendem-se diretamente com a realização concreta de programas, de atividades, assentes em estratégias claras e conhecidas, com o intuito de impulsionarem um sistema ou um conjunto de instituições e agentes organizacionais. Claro está que, para a mesma ser perceptível e compreensível, é necessário ter a capacidade de refletir “ «a anterior», através de mecanismos e órgãos adequados e competentes, sobre o estado de desenvolvimento do respetivo sistema e organizações, fazendo um diagnóstico claro do ponto de partida, e conseqüentemente delineando a estratégia de desenvolvimento pretendida e os processos de implementação temporal de objetivos e metas que compõem a referida estratégia” (2008:1). A reter o facto de que optar por políticas públicas de ação é muito mais exigente para os agentes governativos do desporto e respetivos órgãos e departamentos, implicando uma maior capacidade e competência na sistematização e produção de conhecimento sobre o “mundo do desporto”.

No entanto, em Portugal tem-se registado o predomínio de uma política pública desportiva de omissão. Esta política traduz-se, de acordo com o mesmo autor, em primeiro lugar, numa nova “lei de bases da atividade física e do desporto” (Correia, 2008:1) e na conseqüente produção de diversos diplomas complementares e reguladores desta “lei”. A maior crítica do mesmo vai, nesta fase, para o que o autor chama de “ausência de estratégia de desenvolvimento articulada e disseminada, sem definição de objetivos e metas, sem uma devida e reconhecida articulação de programas e projetos de desenvolvimento das práticas desportivas de base e de alto rendimento” (Correia, 2008:1). Obviamente que esta situação tem conseqüências, nomeadamente a desresponsabilização de algumas entidades, pois nem o Estado se sente obrigado ou estimulado a produzir estes instrumentos de governação do sistema, nem os organismos da administração governamental desportiva sentem necessidade de pôr em atividade centros de estudos e reflexão que produzam conhecimento detalhado sobre o desporto em que têm estatutariamente de intervir. Ou seja, neste tipo de políticas públicas por omissão, o Estado, consegue não só supervisionar a sua atividade com base nos documentos legislativos, como consegue também deixar um pouco em autogestão a sua intervenção na área desportiva.

Relativamente ao que tem sido feito em Portugal, e segundo Januário (2009) de acordo com as conclusões de uma avaliação executada ao nível de eficácia nos

municípios da área metropolitana do Porto, em termos de políticas públicas desportivas, é ainda de salientar o trabalho importante que se tem feito ao nível do reforço do papel das autarquias. Como tal, aposta-se seriamente no desenvolvimento de projetos desportivos que possam ser utilizados como referência/exemplo para outras cidades e que se pautem pelo rigor, qualidade e inovação, na manutenção de boas relações com as instituições e o seu reconhecimento empreendedor, a aposta na realização de contratos-programa com entidades que desenvolvam modalidades desportivas de forma exemplar, o incremento do desporto escolar que promove por sua vez a estreita relação entre as entidades/clubes e a escola e, acima de tudo, modernizar o desporto na cidade e no território.

Todas estas considerações tecidas, mais especificamente as últimas que dizem respeito às políticas públicas de ação ou omissão, obrigam-nos a repensar as mesmas à luz do conceito de desenvolvimento local, já que uma das premissas necessárias à existência de verdadeiro desenvolvimento local é responder a uma necessidade básica com recurso ao existente no território. A partir daqui, a leitura leva-nos à reorientação de uma nova discussão: o desporto no âmbito do desenvolvimento local. Walter Stohr (1990) – considera a existência de três formas alternativas de políticas de desenvolvimento local: 1) uma política de desenvolvimento local iniciada centralmente, a partir de cima, 2) uma política de desenvolvimento local baseada na operação dos mecanismos de mercado, realizando-se através das empresas privadas; e, por último, 3) um processo de desenvolvimento local iniciado localmente ou regionalmente, a partir de baixo.

As políticas de desenvolvimento local iniciadas centralmente foram utilizadas desde a II Guerra Mundial, baseando-se numa estratégia de distribuição central da localização espacial dos investimentos públicos em infraestruturas e na diferenciação espacial dos incentivos para as atividades privadas, ou através da fixação espacial de atividades nacionalizadas. Esta perspetiva entrou em declínio a partir dos anos 80, momento em que se tornou incapaz de responder à diminuição das taxas de crescimento e a inovação e a reestruturação se tornaram a principal preocupação no desenvolvimento regional e local. Esta vertente foi defendida pela esquerda, ao argumentar que os problemas locais e regionais existentes eram fruto do sistema capitalista em vigor, devendo esse sistema socioeconómico ser abolido, através da ação do Estado central, pois só assim se resolveriam os problemas locais e regionais do desenvolvimento (*idem*).

A segunda lógica de desenvolvimento regional, a da empresa privada, baseou-se principalmente no funcionamento dos mecanismos de mercado e emergiu devido ao declínio da lógica de desenvolvimento centralizado, “vindo de cima”, dos governos centrais. Teve a seu favor o argumento da direita, ao defender que os instrumentos de política local e regional eram ineficazes e, como tal, a ação de desenvolvimento deveria ser deixada aos atores privados através da desregulação e dos mecanismos de mercado. Esta perspetiva baseia-se em argumentos de nível micro e macro. Assim, relativamente ao nível micro, defendia-se que o empreendedorismo privado era o melhor posicionado para identificar as novas oportunidades de mercado, escolher os produtos e inovações tecnológicas importantes e, dessa forma, investir corretamente os recursos. Por outro lado, ao nível macro alegava-se que, quanto mais cedo se verificasse a mobilidade de mercadorias, serviços e fatores de produção, mais rapidamente as diferenças espaciais de preços e níveis de desenvolvimento se igualariam nas localidades, desaparecendo, desta forma, as disparidades territoriais (*idem*).

Contudo, o que se verificou foi que nem o argumento da esquerda, para justificar ações de desenvolvimento iniciadas a partir dos governos centrais, nem o argumento da direita, defendendo a atuação dos mecanismos de mercado para atingir o desenvolvimento local e regional, se mostraram corretos. Era necessária uma atuação contempladora do nível médio, reduzindo as disparidades espaciais ao nível da inovação e da capacidade adaptativa para que as comunidades locais e regionais pudessem enfrentar o processo internacional de reestruturação económica. Tal não se verificava com nenhuma das perspetivas atrás mencionadas, levando ao aparecimento de políticas de desenvolvimento iniciadas local ou regionalmente. Estas tiveram um rápido crescimento devido à incapacidade do Estado em resolver os problemas de desemprego e desenvolvimento local. (*idem*).

E assim, surge a perspetiva de alcançar o desenvolvimento, mas através da ação local, existindo uma redefinição das bases territoriais do conceito de desenvolvimento, deixando de estar assente apenas no Estado-Nação e passando a ter um carácter multiterritorial, podendo ser global, mas simultaneamente local (Amaro, 2004). Este novo contexto levou a que o desenvolvimento local fosse definido como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2004: 26).

São vários os autores que se debruçaram sobre as condições necessárias para se verificarem processos de desenvolvimento local. De acordo com Amaro (1991: 171 – 172), é necessária a presença de cinco condições: 1) uma cultura técnica local, 2) uma matriz de relações económicas locais, 3) o funcionamento de um mercado local de trabalho, 4) as formas de que se reveste o poder local e 5) o funcionamento das redes de solidariedade locais.

Assim sendo, a existência de uma cultura técnica local é importante, pois, ao possibilitar saberes, processos tecnológicos e potencializar a investigação e experimentação, acabará por criar capacidades de inovação e iniciativa. A presença de relações económicas locais entre agentes económicos, a qual abranja as relações comerciais, financeiras e técnico-económicas, favorecerá o aparecimento de novas iniciativas. É importante a existência de um mercado local de trabalho, com as suas regras próprias, as quais tenham em conta as qualificações e políticas educativas e formativas que se relacionem com esse mesmo mercado de trabalho. As diversificadas formas que o poder local pode assumir ao nível institucional e administrativo, mas igualmente ao nível dos poderes informais e seus processos de intervenção, controlo e relação com o desenvolvimento, poderão ser um entrave, mas é necessário capitalizar os aspetos positivos de forma a um maior envolvimento nas questões do desenvolvimento local. A existência de redes de solidariedade locais permite “suscitar capacidade de reação às condicionantes externas e de regulação de conflitos internos” (Amaro, 1991: 172).

Outra postura defendida é a de que os fatores facilitadores de inovação local são uma combinação entre competência local, sinergias locais e instabilidade social. Para além disso, consideram igualmente importantes a existência de personagens-chave possibilitadoras de comunicação entre indivíduos e áreas de competências, tal como a diversidade cultural, a situação económica, a flexibilidade organizacional e, ainda, a existência de redes entre os níveis regional, nacional e global (Stohr, 1990). Numa mesma linha de orientação, Manuel Yruela e Maria del Mar Guerrero (1994) entendem que o desenvolvimento local se deve basear em duas condições: por um lado, a existência de uma dispersão territorial geradora de atividades produtivas, acumulação de riqueza e criação de emprego ainda não utilizados pelos agentes económicos dessa comunidade e que operam no modelo utilizado pela maioria, e, por outro lado, a possibilidade de mobilizar esses recursos através de políticas e modelos apropriados, potenciando atores sociais que sejam capazes de o fazer e que sejam, simultaneamente, novos atores económicos emergentes do contexto local em causa.

Naturalmente é necessário ter algumas precauções relativamente ao desenvolvimento local, de forma a evitar certos riscos. Um dos primeiros riscos mencionados por Acácio Catarino (1998) é o facto de se hierarquizarem os vários níveis de atuação, permanecendo sempre o nível local no final da hierarquia, acentuando-se a sua reduzida dimensão e não as características qualitativas que possui. Um segundo risco é a competição. Não se deve proclamar e glorificar a escala do local face a outras escalas, nomeadamente o global, mas, antes, ter em conta que qualquer escala, seja local ou global, possui vantagens e desvantagens. As vantagens do nível local devem ser abordadas como diferentes, são realidades diferentes, não é uma realidade melhor ou pior que o nível global, mas sim com especificidades próprias. O desenvolvimento local não deve ter como fim a reprodução do modelo económico e social dominante pois, se assim for, reproduzir-se-á a dependência do local face às outras territorialidades, tornando-o, mais uma vez, uma periferia de um centro. O desenvolvimento local deve tentar fomentar uma economia plural, não estritamente social ou reproduzindo totalmente o modelo dominante, mas deixando as populações descobrirem as suas possibilidades de emprego e realização pessoal.

O quarto risco prende-se com o facto de, muitas vezes, o desenvolvimento local realizar um planeamento muito rígido, não permitindo a iniciativa espontânea das populações e o emergir da identidade e autonomia local. Assim, o planeamento deve estar ao serviço tanto da iniciativa como do próprio desenvolvimento. Um último risco é denominado pelo autor de “transpersonalismo”, isto é, a identificação do local com projetos e valores supostamente superiores, a que todos devem aderir, caso contrário não aprenderão nem viverão a sua identidade. Quando se verifica este risco, os líderes assumem uma postura de “detentores do «mistério» e, em vez de estarem ao serviço da população, acabam por a subalternizar” (Catarino, 1998: 180).

No entanto, há outros riscos que se correm nas questões que se prendem com o desenvolvimento local. Fernando (2011) num estudo de caso realizado no concelho de Seia, identificou alguns muito relevantes: 1) a ocorrência de uma desadequação das modalidades oferecidas, adequando-se algumas, ou a maioria, à procura dos grupos sociais com níveis de capital mais elevado; 2) o desconhecimento, pela maioria da população, dos serviços e infraestruturas desportivas, assim como das atividades promovidas pelo município, sendo que os conhecedores referem a existência de uma desadequação e alguma insatisfação com a oferta existente, e 3) o custo da prática e a distância das infraestruturas desportivas.

1.3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO E O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

A forma institucionalizada como é tratado o desporto em alguns setores é uma realidade que se revela negativa em alguns aspetos, já que não atinge todas as franjas etárias e sociais ou aqueles que não têm acesso ao trabalho que se realiza nas instituições, por inúmeros fatores como vamos ver de seguida. No entanto, é preciso salientar que a mesma institucionalização pode representar mais-valias e uma boa estratégia desportiva. Partindo da consideração de Marivoet (2003), que defende que o papel desempenhado pela escola na socialização dos valores de cultura físico e desportiva tende a contrariar os padrões enraizados nas franjas populacionais menos escolarizadas, parece-me que esta ideia transparece que a maioria da população com baixa escolaridade ou com nulo acesso a formação é também a mesma que aceita o que a instituição lhe oferece em termos desportivos, ou até, se quisermos recuar um pouco, com o que os media lhe oferecem. As diferenças de acesso à escolaridade, que colocam de um lado público com acesso à escola e formação e, do outro, indivíduos com baixas qualificações escolares, é o principal promotor das assimetrias existentes em termos dos valores e importância que o desporto representa cultural, social e até economicamente. Este valor e importância são fatores influenciadores na hora de valorizar a implementação de uma política desportiva institucional, por mais simples que seja.

Mas não esqueçamos a questão da institucionalização escolar do desporto, ponto fulcral nesta discussão. A instituição escolar pode e deve desempenhar um papel importante na socialização dos valores de cultura físico-desportiva, o que, de acordo com Gonçalves (2007), contraria as tendências em grande parte da população menos escolarizada e que não incorporou hábitos de prática desportiva. Se a aposta no desporto for feita ou continuar a ser feita neste sentido, por exemplo, através do desporto escolar, então o desporto e a prática desportiva poderão ser preconizados como um hábito cultural e, deste modo, longe das tendências de prática desportiva “apenas porque está na moda”.

No entanto, é preciso ter em consideração que se, por um lado, uma das respostas ou estratégias passa pelo desporto escolar como forma de chegar ao indivíduo, na raiz da sua formação, por outro lado não podemos descurar que as opções, comportamentos e “culturas do jovem”, tal como defende Neto (1997), devem ser entendidas tendo em conta uma sociologia de vida diária, em que se inclui o lazer, mas que não se pode dissociar da estrutura social envolvente, devendo ter em consideração as diversas

políticas socioeconómicas, a mobilidade do tecido social, a estabilidade familiar, as condições de segurança social e de emprego e as expectativas de enquadramento social.

Outra discussão é suscitada neste contexto. Como podemos compreender as principais diferenças de participação desportiva que se observam entre territórios distintos? Vimos anteriormente que um dos motivos poderá ser a questão da baixa qualificação escolar ou até mesmo a esfera socioeconómica e familiar, por exemplo. Mas não podemos descurar, em termos sociológicos, que a forma como cada população generaliza o que para si representa o desporto e a prática desportiva, está intimamente relacionada com as escolhas ou não escolhas desta mesma prática. Não só o valor que o desporto tem para o indivíduo influencia amplamente a sua procura e prática, como também as ações de promoção, divulgação e implementação de uma modalidade desportiva e a instituição que está por detrás do processo, estão intimamente ligadas e funcionam como influência junto do mesmo.

Se a escola é uma instituição fundamental na promoção do desporto, também as associações locais têm um papel decisivo. Distinguem-se das organizações públicas ou do Estado, e dada a sua localização de proximidade com o território e as populações, estas associações têm uma capacidade mais forte para interpretar as necessidades desportivas da população, bem como a mobilização de recursos locais para a prossecução das suas atividades. Para além destes fatores, a prática do desporto institucionalizado tem vindo a evoluir e a assumir grande importância em várias vertentes, nomeadamente: formação de técnicos especializados, instituições vocacionadas na sua implementação e organização, plano médico e jurídico e progressivo empenhamento dos responsáveis na sua valorização (Neto, 1997). Este tipo de aposta está intimamente ligado ao facto de que muitas associações preconizam o desporto como elemento fulcral para o aumento de qualidade de vida física e desportiva dos cidadãos, mas também como forma de dar continuidade aos seus projetos organizacionais. Neste sentido, e relativamente a este tipo de entidades, o que se tem vindo a verificar no terreno é que muitas delas, ou mesmo a maioria, à semelhança também do que Monteiro (2002) defende, procuraram aproveitar a importância que a prática desportiva vem assumindo para explorar nichos de mercado e atividades desportivas diferentes, com carácter inovador, principalmente como forma de expansão e de subsistência. Esta tendência pode, eventualmente, levar-nos para outro tipo de discussão, que se prende com a tensão entre a procura da satisfação de necessidades populacionais e territoriais e a necessidade de subsistir financeiramente

no mercado enquanto instituição. Isto porque não podemos deixar de entender que muitas entidades, para a prossecução dos seus fins e para proporcionar à população um “serviço” de qualidade, necessitam de possuir uma panóplia de recursos e acesso a infraestruturas e equipamentos desportivos que, obviamente, carecem de receitas de suporte.

É neste envolvimento das entidades que assistimos ao fenómeno dos mercados, que se estende a este tipo de associações. Há um momento em que as mesmas começam a questionar o seu sentido de atuação, a forma como outras entidades das quais dependem (exemplo da dependência de Autarquias) intervêm, a necessidade de recorrer a alternativas estratégicas para que haja uma continuidade do trabalho, uma diferenciação em termos de intervenção e que as vai distinguir das demais e a necessidade de ver reconhecidas as suas implementações e práticas (reconhecimento de mérito social). Poderá o desporto existir como estratégia territorial, sem haver uma preocupação com a sobrevivência da instituição, enquanto parte atuante?

Um dos aspetos que se torna especialmente relevante para a sobrevivência e o sucesso das entidades e associações desportivas é a inovação. A inovação, de acordo com Viseu (2002), é o principal fator de competitividade do setor do desporto, porque vai incidir tanto nos processos desportivos, como nos produtos e serviços que daí advêm e, paralelamente, sobre as organizações e a gestão desportiva.

Infelizmente, e sobretudo nas entidades desportivas de meios rurais ou pequenos concelhos, continuamos a assistir a um atraso estrutural do sector desportivo. É notório que muitas entidades têm alguma dificuldade em perceber ou interiorizar que os fatores de competitividade que se devem ter em conta são maioritariamente estruturais e imateriais. Ou seja, segundo Viseu (2002), procurar a inovação é fazer o que os outros não conseguem: 1) proporcionar bens e serviços mais apelativos, 2) produzir bens e serviços mais eficientes e 3) ter melhores condições de distribuição e de apoio técnico.

Isto só é possível se aplicarmos a regra de que a melhor forma de tirar partido de um desporto inovador é ir ao encontro das necessidades locais, colocando o desporto ao serviço da população em geral e procurando satisfazer anseios, opções, hábitos, necessidades. Portanto, é importante reter que para se conseguir tornar o desporto num fator de competitividade local é imprescindível orientá-lo para os cidadãos e para a qualidade de vida dos mesmos, como objetivo principal, procurando recorrer a um trabalho que tenha como base de critério o planeamento e o desenvolvimento desportivo local.

1.4. O PAPEL DOS CLUBES DESPORTIVOS

Estas linhas remetem-nos para a discussão de outro ponto implícito nestas questões desportivas: o papel que desempenham nesse domínio os clubes desportivos.

O clube desportivo constitui uma resposta social às necessidades das populações no domínio das atividades físicas. É esta necessidade que o obriga a um grande envolvimento em responsabilidades de quadros tão diferentes como o humano, o material e o das atividades, que são afinal o suporte da organização de um clube. Tendo em conta cada uma das motivações iniciais¹, deverão os clubes desportivos apontar orientações no sentido de um reforço cada vez maior das potencialidades materiais, técnicas e de instalações que possuam, sem cair no erro de desvirtuação, quer de sobrevalorização ou subestimação das responsabilidades sociais que lhe estão associadas (Araújo, 1986).

Do ponto de vista organizativo, o clube desportivo deverá ser encarado tendo em conta um quadro de participação alargada e a conjugação de esforços e ações que objetivam servir as populações, ainda que se deva reconhecer a diversidade de interesses que gravitam à sua volta e de todo o fenómeno desportivo em geral. A participação num clube é de cariz estritamente voluntário, mas a finalidade de tal participação está por norma associada a reivindicações sociais que se confrontam com o mundo exterior onde impera muito conformismo em relação aos valores impostos pela sociedade.

Segundo Crespo, (1978) o clube desportivo é uma associação que tem como finalidade a dinamização dos diversos aspetos e manifestações da cultura física, podendo ainda ser considerado como uma associação que, em simultâneo, executa a expressão e a intervenção social, não só porque permite a satisfação de necessidades e interesses dos seus sócios no domínio da atividade corporal mas, também, porque tem uma capacidade de intervenção demonstrada na edificação de políticas desportivas. (*idem*)

Costa (1985) considera o clube como a estrutura de base da sociedade desportiva, como suporte da prática e esteio fundamental do desenvolvimento desportivo, quando devidamente adaptado a uma estratégia de desenvolvimento global aplicada às

¹ As motivações iniciais a que o autor se refere são as seguintes: 1) animação desportiva, 2) iniciação e orientação desportiva e 3) especialização desportiva.

necessidades de recursos humanos, culturais e económicos, capaz de permitir o surgimento de um desporto empenhado em atividades de promoção física, intelectual e cultural.

Nesta ordem de ideias, o autor clarifica a estrutura associativa – clube – como resultado da necessidade de os seus elementos se agregarem à volta de um interesse comum – a prática desportiva – em oposição, por vezes, a outros interesses dessa mesma prática, encontrando, contudo, a sua fonte de coesão em função de um sistema de competição, num forte sentimento de participar e de pertencer e, finalmente, apoiando-se numa forte e complexa estrutura organizacional.

Numa tentativa de esclarecer esta confusão de responsabilidades, Araújo (1986) defende que deve ser do clube o que é do clube, à escola o que é da escola, à empresa o que é da empresa, à autarquia o que é da autarquia, ao Estado o que é do Estado, cada um com uma função/área e que nenhum deve substituir o outro. E afirma também que os clubes desportivos têm funções em exclusivo, nomeadamente funções que estejam em conformidade com as motivações que deram origem ao seu aparecimento e, acima de tudo, com as necessidades objetivas locais que deram origem ao mesmo clube. (*idem*)

Para Wade (1986), o clube é a componente básica da educação, criada por um grupo de indivíduos que partilham das mesmas afinidades e das mesmas opiniões sobre educação desportiva. Às carências locais na área das práticas físicas e desportivas, as populações procuram resolvê-las com ações dos clubes desportivos através de uma atitude coletiva. É como que uma resposta de carácter social que emana de uma iniciativa local.

Na realidade, o mundo dos organismos do desporto está em crise. Não é possível continuar a sustentar políticas que assentem exclusivamente num associativismo em desuso, que não responde às necessidades do mundo atual, que esquece a função social do clube e que com o seu forte sentido associativo e comunitário, constitui igualmente o seu mais forte alicerce. Hoje verifica-se que o associativismo desportivo, ao ligar-se em grande percentagem ao rendimento desportivo, não considerou questões fundamentais, como sejam: a organização, o financiamento, a gestão e até mesmo a qualidade dos processos e dos meios que este tipo de motivação exige. Uma grande parte dos clubes é deficitária em ideias de futuro, vivendo numa espécie de crise do modelo organizacional (Pires, 1995).

Marivoet (1993) refere que os valores associados ao discurso que suportou o processo de institucionalização e normalização das práticas desportivas, prendem-se com um conjunto de disposições que definem o desporto num contexto do modelo que é defendido, ou seja, a competição organizada, a melhoria das performances e a conquista das vitórias nos quadros competitivos devidamente normalizados. Este modelo, fortemente codificado e hierarquizado, segundo Batista (2001), apresenta uma estrutura consolidada e pouco adaptada à mudança. O mesmo autor continua dizendo que “o investimento dos atletas amadores ou profissionais, a disciplina dos treinos e a submissão hierárquica identificam-se mais com atividades produtivas que estejam associadas a resultados na prática, do que propriamente com atividades de natureza lúdica ou recreativa” (*idem*). Este modelo fortemente “elitista” e os valores que o norteiam, são altamente limitadores à participação desportiva.

Hoje o desporto é muito mais do que o modelo fechado de que atrás falávamos. Constitui-se como um atrativo associado à cultura do tempo livre e a sua estrutura tradicional começa a ser invadida e influenciada por novos valores, muito ligados a uma forte acentuação de busca de prazer, de contactos com o ambiente, de prática do risco, do excesso, da transgressão, da aventura (Batista, 2001).

Segundo J. O. Bento, citado por Batista (2001), os últimos desenvolvimentos que surgiram no desporto mostram que o clube desportivo tradicional sofreu grandes alterações e mudanças nas suas motivações iniciais, correndo o risco de se extinguir e dando lugar, cada vez mais, a novas entidades que conferem um determinado estado ao panorama das práticas desportivo-corporais.

Batista (2001) argumenta ainda que os clubes têm vindo a assistir a uma concorrência cada vez maior e que, neste contexto, entenda-se por concorrência todas as entidades que transformam produtos ou vendem serviços idênticos ou substitutivos dos outros clubes (*ibidem*). E esclarece que, em termos de concorrência, não basta dizer que o produto concorrente é semelhante. Ele pode até ser diferente, mas se for substitutivo, já é considerado concorrente. (*idem*).

Na maioria dos casos, os dirigentes associativos já se foram apercebendo da existência desta nova realidade. Como refere Carvalho (1994), os mesmos encontram-se atualmente na luta com a dualidade entre duas lógicas de entendimento do desporto e da função dos clubes: a lógica desportiva educativa e cultural, por um lado, e a lógica de mercado consumista do desporto, por outro.

Daí a conclusão de Batista (2001), que refere ser necessário repensar o clube desportivo, alterar a sua orientação de produção para uma orientação de mercado, que, embora tenha como consequência uma mudança na organização interna e na forma de pensar e de atuar dos seus dirigentes, não altera as motivações essenciais que deram lugar à génese dos clubes desportivos no panorama desportivo português.

Para que tal aconteça, é obviamente necessário que mudanças profundas se operem nos clubes desportivos, e principalmente nos comportamentos dos seus principais responsáveis, os dirigentes, que mais do que entenderem esta nova lógica deverão ser capazes de a colocar em marcha. Deverão pois, estar “disponíveis” para conhecer e dominar as novas técnicas e ferramentas que estão ao seu dispor e aplicá-las.

2. CONTEXTO DE ENQUADRAMENTO DO PROJETO: A ATIVIDADE DESPORTIVA NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO E O PAPEL DO CLUBE INFANTE DE MONTEMOR (CIM)

Neste capítulo, apresento um breve diagnóstico do concelho de Montemor-o-Velho, quer em termos de visão territorial, geográfica e populacional, quer em termos de atividade desportiva em contexto associativo.

Na primeira parte, dar-se-á especial atenção aos dados estatísticos da população e do território (nomeadamente escolaridade, género, habitantes, tendências populacionais por freguesias de destaque) e também aos setores de atividade e equipamentos educativos existentes.

Na segunda parte, caracterizar a atividade desportiva do concelho, no contexto associativo que lhe é inerente, com especial destaque para os problemas equacionados pelos dirigentes associativos do concelho, para a distribuição desportiva concelhia (em termos de atividades e praticantes, as modalidades praticadas por âmbito, os desportos coletivos e individuais, distribuição da prática desportiva por clube e freguesia e a atividade desportiva federada). Aborda-se também o equipamento desportivo, por excelência, para a prática dos desportos náuticos no concelho – o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (CAR) – e a sua situação atual.

Finalmente faz-se uma breve apresentação do Clube Infante de Montemor, como clube desportivo/associação e entidade executora do presente projeto, bem como das razões da sua escolha.

2.1. CARATERIZAÇÃO/DIAGNÓSTICO SUCINTO DE MONTEMOR-O-VELHO

Apresento de seguida uma pequena síntese territorial e sociodemográfica do concelho de Montemor-o-Velho², para que possamos ter uma visão generalizada do território, em termos geográficos e populacionais, para o contexto do projeto.

Em termos de enquadramento territorial, o concelho está integrado na unidade territorial do Baixo Mondego, com uma situação geográfica que confronta a norte com

² A realização desta síntese territorial foi apoiada na consulta dos seguintes elementos: diagnóstico social do concelho de Montemor-o-Velho, Censos 1991, 2001 e 2011 do INE (Instituto Nacional de Estatística), Carta educativa do concelho de Montemor-o-Velho.

o concelho de Cantanhede, a este com o de Coimbra e Condeixa-a-Nova, a oeste com o concelho da Figueira da Foz e a Sul com Soure, situado entre os polos urbanos de Coimbra (25km) e Figueira da Foz (16Km) e é atravessado pelo rio Mondego, que marca o Vale (do Mondego), na sua paisagem e as culturas predominantes, de arroz e milho. Relativamente aos fatores internos ao próprio concelho, trata-se de um concelho constituído por 14 freguesias, com uma densidade populacional de 114,47 habitantes por Km² em 2011, que vê uma diminuição da sua população residente na década de 1990/2001 (de 26375 para 25478 habitantes – decréscimo de 897 efetivos), verificado em praticamente todas as freguesias do concelho. São exceção as freguesias de Montemor-o-Velho e Santo Varão. Observa-se no concelho um ligeiro aumento para 26171 habitantes em 2011. Alguns lugares do concelho possuem mais de 3000 habitantes, como é o caso da sede de concelho e de Pereira, por exemplo. Nas freguesias de Arazede, Carapinheira, Pereira, Montemor-o-Velho e Tentúgal reside mais de metade da população do Município (16966 habitantes em 2011), sendo as freguesias menos populosas Vila Nova da Barca, Gatões, Verride e Abrunheira. De uma forma geral, o povoamento é disperso, com tendência a concentrado em lugares de dimensão média, alguns dispersos ao longo de estradas e caminhos, tendo Pereira e Montemor-o-Velho grande concentração populacional, mas sem grande suporte estrutural enquanto núcleos urbanos.

Na evolução recente da população residente destacam-se alguns aspetos mais relevantes:

- Continua a predominar a população residente do sexo feminino com 51,7% em 2011;
- Aumento da proporção da população jovem (0 - 24 anos – 5622 indivíduos em 2011) e da população ativa, (25 - 64 anos), com peso na composição demográfica, relacionado com a procura de espaços periféricos aos concelhos de Coimbra e Montemor-o-Velho como alternativa de residência (destacam-se as freguesias de Arazede, Montemor-o-Velho e Santo Varão);
- Enfraquecimento da dinâmica natural da população, com atenção particular para as freguesias de Arazede, Pereira e Meãs do Campo, (taxa de crescimento natural negativa de 0,23%, saldo natural negativo de 50,6% no concelho em 2011);
- Índice de envelhecimento concelhio aumentou para 1,7 em 2011, observando-se um duplo envelhecimento, que no entanto não é constatado de igual forma em todas as freguesias;
- Forte percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; vejamos os dados disponíveis de 2001: 17,2% não possui qualquer nível de escolaridade, 39,4% possui o 1.º ciclo do ensino básico, 23,7% o 2.º e 3.º ciclos; 3434 residentes possuem

habilitações literárias de ensino secundário (3345) e médio (89) e 1591 residentes possuem níveis escolaridade correspondentes ao ensino superior);

- As freguesias de Arazede, Montemor-o-Velho e Carapinheira são as que concentram um maior número de população ativa;
- Aumento da taxa de desemprego no concelho: 1991 – 6%, 2001 – 7,4% e 2011 – 10,2%;
- Em 2011, a percentagem de beneficiários do RSI era de 5,7%, contrapondo com os 8,1% de 2009;
- Em termos gerais 9,9% da população desenvolve atividade no sector primário, 34,4% no sector secundário e 55,4% no sector terciário;
- As freguesias de Arazede, Meãs do Campo e Seixo de Gatões são as que possuem maior percentagem da população ativa e empregada no sector primário, com 19.4%, 18.8% e 13.8%, respetivamente; o setor secundário ocupa cerca de 49.2% da população da freguesia de Abrunheira, 48.1% de Liceia e 39.3% de Arazede; predomínio do setor terciário nas Freguesias de Santo Varão, Pereira e Montemor-o-Velho, concelho com maior peso do setor terciário, que ocupa cerca de 44% da população ativa.

Relativamente a equipamentos educativos, existem 14 Jardins-de-infância, 5 em IPSS's e 9 da rede pública, dos quais 3 estão integrados no Agrupamento Vertical de Arazede. Estes equipamentos abrangem 454 crianças. Existem 31 Estabelecimentos de Ensino do 1.º CEB, das quais 10 no Agrupamento de Escolas de Arazede, com frequência de 916 crianças, 4 Estabelecimentos de Ensino dos 2.º e 3.º CEB -1 em Montemor-o-Velho, 1 em Arazede, 1 na Carapinheira e 1 em Pereira. Há 1 Estabelecimento de Ensino Secundário e 2 Escolas Profissionais, na sede de concelho. No que concerne a equipamentos de intervenção social, saliento 4 Equipamentos de Creche e a existência de apenas um serviço de resposta à deficiência na sede de concelho. A cobertura de equipamentos de terceira idade pode ser considerada satisfatória (Centro de Dia – 12; Centro de Noite – 1; Apoio Domiciliário – 9; Lar de Idosos – 6).

2.2. A ATIVIDADE DESPORTIVA EM CONTEXTO ASSOCIATIVO EM MONTEMOR-O-VELHO

No concelho em análise, contabilizam-se 79 equipamentos/serviços de natureza cultural, recreativa, desportiva e associações humanitárias. Cerca de 50% das

associações são maioritariamente de índole recreativa e/ou cultural. As atividades dominantes são a promoção cultural e etnográfica e a prática desportiva. Apenas uma entidade desenvolve os desportos náuticos. O âmbito geográfico é geralmente o do lugar ou freguesia. Os principais problemas equacionados pela sua classe dirigente são, por ordem decrescente³:

- Carência e degradação das suas infraestruturas;
- Reduzida e pontual participação ativa das comunidades nas atividades;
- Carência de recursos financeiros;
- Falta de apoio estatal (poder central e local);
- Falta de disponibilidade do corpo dirigente;
- Necessidade de melhorar os serviços prestados às comunidades;
- Intermitência de programas e demora na aprovação de projetos e concessão de apoios;
- Falta de recursos humanos qualificados;
- Falta de formação e informação;
- Dificuldades na gestão das equipas.

Relativamente à caracterização especificamente desportiva, é de salientar que o único estudo/levantamento acerca do associativismo desportivo do concelho de Montemor-o-Velho é de 2004. Os dados existentes em termos de Carta Desportiva Concelhia referem-se únicos e exclusivamente aos equipamentos localizados no concelho.

Antes de caracterizar a atividade desportiva desenvolvida pelos clubes e associações desportivas do concelho de Montemor-o-Velho, vou tentar quantificar o contributo deste elemento do sistema desportivo (associativismo desportivo) para a taxa de prática desportiva regular do concelho em estudo. Tento também perceber qual é a quota-parte de responsabilidade deste no índice de participação desportiva em cinco faixas etárias distintas: 0 - 4 anos; 5 - 9 anos; 10 - 14 anos; 15 - 19 anos e 20 - 40 anos⁴.

³ Conclusões de um levantamento efetuado por Charro (2004), através de inquérito, acerca da análise e situação do concelho de Montemor-o-Velho, em termos de associativismo desportivo. A informação diz respeito a dados de prática desportiva, clubes/associações desportivas e modalidades por habitante (hab), no concelho de referência.

⁴ A idade limite de referência nesta análise é 40 anos, dado ser o limite etário que se convencionou para a execução do projeto.

Quadro 1 – Taxa de prática desportiva regular no concelho

Nº total de Habitantes	Nº Total de Praticantes ⁵	Taxa de Prática Desportiva
25478 hab	1542 hab	6,05%

Fonte: Charro (2004)

Quadro 2 – Índice de participação desportiva por faixa etária

Faixas Etárias	Nº total de Habitantes	Nº Total de Praticantes	Taxa de prática desportiva
0 - 4 anos	1055 hab	48 hab	4,5%
5 - 9 anos	1120 hab	212 hab	18,9%
10 - 14 anos	1361 hab	341 hab	25,05%
15 - 19 anos	1610 hab	340 hab	21,1%
20 - 40 anos	7165 hab	601 hab	8,4%

Fonte: Charro (2004)

Como podemos constatar pelos quadros anteriores, 6,5 montemorenses em cada 100 desenvolvem prática desportiva regular num clube/associação desportiva do concelho. Podemos também concluir que a faixa etária com melhor índice de participação é a dos indivíduos com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, logo seguida da faixa etária 15-19 anos, com uma taxa de participação de 21,1%.

Caracterizemos agora o associativismo desportivo, ou seja, o âmbito da atividade desportiva que desenvolve, a distribuição por faixas etárias, as modalidades desportivas desenvolvidas, o âmbito dos quadros competitivos, os níveis de excelência atingido pelos praticantes do concelho. Começemos por analisar o âmbito da atividade desportiva desenvolvida pelos clubes do concelho. Aqui podemos determinar quantos praticantes e quais as modalidades que são desenvolvidas pelos clubes em regime de rendimento (federado) e de recreação (desporto de manutenção e desporto lazer).

Quadro 3 – Modalidades praticadas (em todas as entidades) segundo o âmbito

Rendimento	Rendimento adaptado	Recreação	Recreação adaptado
Hóquei em Patins Futsal Futebol 11 Futebol 7 Futebol 5 Voleibol Karaté Basquetebol Remo Ciclismo Triatlo Hipismo Xadrez Pesca Desportiva Petanca	Remo Atletismo	Futsal Ténis Ginástica de Manutenção* Natação Hipismo Xadrez Pesca Desportiva Ténis de Mesa	Natação Basquetebol

* Inclui práticas como: cardiofitness, musculação, step, aeróbica

Fonte: Charro (2004)

5 Conforme inscritos nas diversas modalidades, nas entidades contempladas no levantamento.

Como facilmente se percebe, a oferta de prática desportiva de rendimento apresenta uma maior diversidade que a oferta de prática desportiva de recreação. Podemos também observar que existe oferta desportiva para indivíduos portadores de deficiência, tanto de rendimento como recreativa. As modalidades de equipa surgem predominantemente no âmbito desportivo de rendimento, enquanto o desporto de recreação é fundamentalmente desenvolvido em modalidades individuais.

Quadro 4 – Modalidades mais praticadas segundo o âmbito

Rendimento	Nº de praticantes	Recreação	Nº de praticantes
Futebol **	696	Natação	208
Hóquei em Patins	89	Ginástica de	110
Basquetebol	77	Manutenção*	30
Remo	62	Xadrez	16
Karaté	42	Futsal	12
Hipismo	40	Hipismo	10
Xadrez	37	Ténis	10
Pesca Desportiva	36	Basquetebol	8
Petanca	15	Pesca Desportiva	8
Voleibol	12	Ténis de Mesa	
Ciclismo	9		
Atletismo	9		
Triatlo	6		
Total nº	1130	Total	412
Total %	73,3%	Total %	26,7%

* Inclui práticas como: cardiofitness, musculação, step, aeróbica

** Inclui os valores respeitantes aos praticantes de futsal, futebol 5, futebol 7 e futebol 11

Fonte: Charro (2004)

Os dados constantes no quadro 4 demonstram que a oferta de prática desportiva dos clubes do concelho é maioritariamente de rendimento (73,3%) e que a oferta de prática desportiva de âmbito recreativo absorve apenas 26,7% dos indivíduos que procuram o clube para desenvolver prática desportiva regular.

Como se pode observar, o futebol é a modalidade com mais praticantes no âmbito do desporto de rendimento desenvolvido pelos clubes do concelho de Montemor-o-Velho, com 696 praticantes, que corresponde a 61,5% dos praticantes de desportos de rendimento. Depois do futebol, as modalidades com mais praticantes são o hóquei em patins, o basquetebol e o remo. Ainda no que respeita aos desportos de rendimento, podemos concluir que os desportos de equipa ocupam 77% dos praticantes desportivos de rendimento e os restantes 23% praticam desportos individuais.

No que ao âmbito de desporto de recreação diz respeito, mais de metade dos praticantes faz natação. A ginástica de manutenção (*cardiofitness*, musculação, aeróbica, step) é a segunda prática mais procurada. Ao contrário do que acontece nos desportos de rendimento, nos desportos de recreação predominam as atividades desportivas individuais.

Quadro 5 – Idade e Género Segundo o Âmbito de Prática

Faixa Etária	Rendimento		Recreação	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Com menos de 4 anos	0	0	22	26
Dos 5 aos 9 anos	122	41	23	26
Dos 10 aos 14 anos	245	38	22	36
Dos 15 aos 19 anos	207	46	39	48
Dos 20 aos 40 anos	332	99	95	75
Total nº	906	224	201	211
Total %	80,2%	19,8%	48,7%	51,3%

Fonte: Charro (2004)

O quadro 5 demonstra que o desporto de rendimento é claramente mais praticado por indivíduos do género masculino (80,2%) e que menos de 20% dos praticantes de rendimento pertencem ao género feminino. Por outro lado, e no âmbito da prática desportiva de recreação, verifica-se que existe um aparente equilíbrio quanto ao género de praticantes, embora o género feminino apresente uma maior participação.

Quanto à faixa etária dos praticantes desportivos, é claro que tanto no desporto de rendimento como no desporto de recreação, a maior percentagem de praticantes apresenta idades superiores aos 15 anos, sendo ainda claro que a faixa etária com mais praticantes é a dos praticantes com mais de 20 anos, o que significa que o desporto de recreação é mais praticado por adultos e o desporto de rendimento por atletas dos escalões juniores e seniores.

Na análise do perfil dos praticantes desportivos aos quais o associativismo dá resposta, importa agora perceber o comportamento dos indicadores idade e género nas três modalidades mais praticadas, tanto no âmbito de rendimento como no âmbito de desporto de recreação. Uma outra análise importante diz respeito às diferenças do comportamento destes indicadores entre as modalidades coletivas e individuais (esta análise só será feita em relação às modalidades desenvolvidas no âmbito do desporto de rendimento, uma vez que os desportos coletivos tem um significado muito incipiente no âmbito recreativo).

Quadro 6 – Idade e género dos praticantes das três modalidades mais praticadas - Rendimento

Faixa Etária	Futebol		Hóquei em Patins		Basquetebol		Total Nº		Total %
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Com menos de 4 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Dos 5 aos 9 anos	73	0	20	10	18	21	111	31	16,5%
Dos 10 aos 14 anos	200	0	18	7	0	12	218	19	27,5%
Dos 15 aos 19 anos	148	0	13	0	12	14	173	14	21,7%
Dos 20 aos 40 anos	218	57	0	21	0	0	218	78	34,3%

Total nº	639	57	51	38	30	47	720	142	862
Total %	91,8%	8,2%	57,3%	42,7%	39%	61%	83,5%	16,5%	100%

Fonte: Charro (2004)

Há uma clara supremacia do género masculino (83,5%) sobre o feminino (16,5%) que se verifica nas três modalidades mais praticadas no âmbito do desporto de rendimento. Quanto à distribuição por faixa etária, confirma-se que a mais representada é a dos indivíduos com mais de 20 anos de idade (seniores). No entanto, parece que no caso das três modalidades mais praticadas, embora ainda se verifique uma certa tendência para o desenvolvimento de atividades de rendimento com indivíduos de faixas etárias mais avançadas, consegue-se perceber que existe uma certa preocupação com o aumento de praticantes nas faixas etárias mais baixas (iniciação desportiva).

Ao analisarmos separadamente as três modalidades mais praticadas no âmbito do desporto de rendimento, percebemos que o basquetebol e o hóquei em patins apresentam uma maior percentagem de praticantes nos escalões etários mais baixos, ao contrário do que acontece com o futebol, em que a pirâmide de praticantes está invertida.

Quadro 7 – Idade e género dos praticantes das três modalidades mais praticadas - Recreação

Faixa Etária	Natação		Gin. Manutenção		Xadrez		Total Nº		Total %
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Com menos de 4 anos	22	26	0	0	0	0	22	26	13,8%
Dos 5 aos 9 anos	23	26	0	0	0	0	23	26	14,1%
Dos 10 aos 14 anos	19	33	0	0	0	0	19	33	14,9%
Dos 15 aos 19 anos	12	11	8	34	0	0	20	45	18,7%
Dos 20 aos 40 anos	18	18	14	54	30	0	62	72	38,5%
Total nº	94	114	22	88	30	0	146	202	348
Total %	45,2%	54,8%	20%	80%	100%	0%	42%	58%	100%

Fonte: Charro (2004)

As atividades recreativas desenvolvidas pelo associativismo desportivo são mais frequentadas por indivíduos do género feminino e por praticantes com idades superiores a 15 anos, sendo que a faixa etária mais representada é a dos indivíduos com mais de 20 anos.

Ao analisarmos separadamente as três modalidades mais praticadas no âmbito do desporto de recreação percebemos que a natação é definitivamente a modalidade mais representada e abarca todas as faixas etárias. A ginástica de manutenção é a segunda mais praticada e apenas possui praticantes nas faixas etárias com mais de 15 anos. O xadrez, é apenas praticado como desporto de recreação por indivíduos do género masculino e maiores de 20 anos.

Atendendo às modalidades desportivas desenvolvidas no âmbito do desporto de rendimento pelos clubes/associações desportivas do concelho de Montemor-o-Velho, e que estão expressas no quadro 12, verificamos que, de entre as 13 modalidades desenvolvidas, apenas 4 são desportos de equipa (futebol, basquetebol, voleibol e hóquei em patins). No entanto, a leitura desse mesmo quadro, indica-nos que o índice de participação nas modalidades coletivas (77,3%) é muito superior ao verificado nos desportos individuais (22,7%).

Quadro 8 – Desportos coletivos e individuais* - distribuição dos praticantes por idade e género

Faixa Etária	Coletivos			Individuais		
	M	F	Total %	M	F	Total %
Com menos de 4 anos	0	0	0%	0	0	0%
Dos 5 aos 9 anos	111	31	16,2%	22	14	14,4%
Dos 10 aos 14 anos	218	19	27,1%	27	19	18,4%
Dos 15 aos 19 anos	173	26	22,8%	34	12	18,4%
Dos 20 aos 40 anos	218	78	33,9%	101	21	48,8%
Total nº	720	154	874	184	66	250
Total %	82,3%	17,7%	100%	73,6%	26,4%	100%

Apenas desportos desenvolvidos no âmbito de rendimento

Fonte: Charro (2004)

Como podemos observar, tanto nos desportos coletivos como individuais o género masculino prevalece sobre o feminino. No entanto, essa diferença é mais acentuada nos desportos coletivos. Nestes verifica-se um certo equilíbrio na distribuição dos praticantes pelas diferentes faixas etárias; no entanto, é o escalão dos praticantes seniores que apresenta mais indivíduos. Nos desportos individuais acontece o mesmo, mas verifica-se que quase metade dos praticantes é sénior.

É importante perceber de que forma a atividade do associativismo desportivo está distribuído no território do concelho, qual o comportamento do indicador nº de habitantes/clube e os índices de participação verificados em cada uma destas freguesias⁶.

Um dos primeiros dados a reter é o facto de existirem 6 freguesias sem qualquer tipo de resposta de proximidade, por parte do associativismo desportivo para a prática de atividades desportivas dos seus habitantes. Este facto significa também que 6862 habitantes do concelho, ou seja, 27% da população, não possuem na proximidade da sua residência um clube/associação desportiva onde se possam dirigir para desenvolver algum tipo de prática desportiva.

No que respeita ao rácio nº de habitantes/clube (hab/clube), verifica-se que, com menos de 500Hab/clube apenas existe uma freguesia, a sede de concelho, neste caso. Com 500 a 1000 hab/clube existem três freguesias: Gatões, Santo Varão e Ereira, não porque tenham muitos clubes, mas sim por serem freguesias pouco populosas. Entre 1000 e 1500 hab/clube existe apenas uma freguesia, que é a segunda maior em termos de população, a Carapinheira. Por fim com mais de 1500 hab/clube existem três freguesias; Meãs do Campo, Pereira e Arazede. Importa lembrar que, para este cenário, em muito contribui o facto de 8 dos 19 clubes/associações com prática desportiva regular existentes no concelho estarem sedeados na freguesia de Montemor-o-Velho.

Quanto aos índices de participação encontrados, facilmente se percebe que a freguesia de Montemor-o-Velho apresenta valores excecionais: 30,7% para os habitantes do género masculino, 22,5% para os do género feminino e 26,4% para o total da população residente na freguesia. Nas outras freguesias do concelho não se verifica nenhum índice de participação total superior a 10%.

Vejamos por fim de que forma se distribui geograficamente a oferta desportiva do associativismo desportivo no concelho⁷. Como se pode verificar, o futebol é desenvolvido em todas as freguesias do concelho de Montemor-o-Velho que possuem clube/associação desportiva. É, sem qualquer dúvida, a modalidade desportiva mais praticada no concelho. A segunda modalidade mais representada em termos geográficos é a pesca desportiva, o que se justifica plenamente tendo em

⁶ Para uma informação mais detalhada em termos gráficos, vide Anexos 7 e 9 – caracterização da prática desportiva dos clubes, por freguesia e por âmbito.

⁷ Para uma informação mais detalhada em termos gráficos, vide Anexo 8 – distribuição geográfica da oferta do associativismo desportivo.

consideração que existem imensos locais propícios à prática desta modalidade em boa parte do território. A natação, o karaté e a ginástica de manutenção também existem em mais que uma freguesia. As restantes modalidades só podem ser praticadas em uma das freguesias do concelho. O hóquei em patins só existe em Arazede, o voleibol e o ténis em Pereira, o ténis de mesa e a petanca na Carapinheira e as restantes na sede de concelho, que por sinal também é a freguesia com maior diversidade de prática, como seria de esperar.

Os dados que a seguir se apresentam possibilitam uma visão bastante clara dos níveis competitivos em que os clubes/associações desportivas do concelho de Montemor-o-Velho participam. Tentaremos pois perceber qual o nível deste indicador de atividade em cada modalidade.

Quadro 9 – Âmbito dos quadros competitivos – desportos individuais

Modalidade	Quadro Competitivo (nº de clubes)		
	Distrital	Regional	Nacional
Remo (2)		2*	2*
Ciclismo (1)		1	1
Atletismo (1)			1*
Triatlo (1)			1
Hipismo (1)	1		1
Pesca Desportiva (3)		3	1
Karaté (1)		1	1
Petanca (1)			1
Xadrez (1)	1		1

*Clubes do concelho a disputar o mesmo quadro competitivo

Fonte: Charro (2004)

Todas as modalidades individuais desenvolvidas no concelho disputam quadros competitivos nacionais. As únicas modalidades individuais que disputam quadro competitivo distrital são o hipismo e o xadrez. As modalidades individuais que competem a nível regional são o remo, o ciclismo, o karaté e a pesca desportiva, sendo que na última, existem três clubes do concelho a disputar esse mesmo quadro competitivo.

No que respeita à atividade competitiva desenvolvida pelos praticantes federados nas modalidades coletivas, verificou-se que na época desportiva 2002/2003 (a antecessora deste estudo), participaram em quadros competitivos nacionais 3 equipas; seniores femininos em hóquei em patins, juvenis femininos em voleibol e cadetes femininos em basquetebol. Em quadro competitivo de âmbito regional apenas se verificou a participação de uma equipa de juniores masculinos de hóquei em patins. Apenas o basquetebol e o futebol apresenta participações em quadros competitivos de âmbito distrital, sendo que no caso do basquetebol o concelho esteve representado por 5

equipas de diferentes escalões e no caso do futebol registou-se a participação de 34 equipas de diferentes escalões e em três disciplinas diferentes: futsal, futebol 5, futebol 7 e futebol 11. A disciplina do futebol com mais equipas em competição é o futsal com 13 equipas, seguida do futebol 11 com 12, do futebol 7 com 8 e o futebol 5 apenas regista a existência de uma equipa no concelho.

Quadro 10 – Atletas a representarem seleções

Modalidade	Âmbito (nº de atletas)		
	Distrital	Regional	Nacional
Karaté	0	1	0
Xadrez	0	0	3
Hóquei em Patins	2	0	2
Basquetebol	1	0	0
Remo	0	1	5**
Atletismo*	0	0	1
Futsal	11	0	0
Futebol 11	2	0	0

*praticante portador de deficiência

**destes, 2 são praticantes portadores de deficiência

Fonte: Charro (2004)

O quadro 10 mostra-nos a distribuição dos atletas que representaram seleções, pelo âmbito das mesmas e por modalidade. O remo é a modalidade onde se verifica um maior número de atletas com representação em seleções nacionais, seguido do xadrez e do hóquei em patins. Registe-se ainda, a participação de atletas portadores de deficiência, tanto em seleções nacionais de remo como de atletismo.

Para seleções regionais apenas foram convocados 2 atletas do concelho, um praticante de karaté e o outro praticante de remo.

Em seleções distritais participaram 16 atletas do concelho, sendo que todos eles são praticantes de desportos coletivos com o hóquei em patins, o basquetebol, o futsal e o futebol 11. Neste âmbito, a modalidade onde se verificou o maior número de praticantes a representarem seleções do distrito de Coimbra foi o futsal.

A participação em equipas representativas de um distrito, região ou país, pode ser considerado um indicador de desenvolvimento desportivo. Partindo de tal pressuposto, vejamos qual é, no caso do concelho de Montemor-o-Velho, o valor que este indicador pode representar. Para tal, definimos três tipos de índices de excelência: índice de excelência de âmbito distrital, índice de excelência de âmbito regional e um índice de excelência de âmbito nacional.

Quadro 11 – Índices de excelência

	Nº total de praticantes	Âmbito Distrital		Âmbito Regional		Âmbito Nacional	
		Ocorrências	Índice	Ocorrências	Índice	Ocorrências	Índice
Geral	1130	16	1,4%	2	0,2%	11	1,0%
Desportos coletivos	874	16	1,8%	0	0%	2	0,2%
Desportos individuais	250	0	0%	2	0,8%	9	3,6%

Fonte: Charro (2004)

O quadro 11 indica-nos que os índices de excelência no concelho são em geral baixos, e que apenas um em cada cem praticantes consegue atingir níveis de excelência que lhe permitam fazer parte de um grupo ou equipa nacional. Mesmo ao nível distrital, esse índice de excelência é baixo, uma vez que, apenas 1,4 em cada cem, praticantes fizeram parte de uma seleção distrital. A outra leitura que se pode fazer deste quadro é a de que os praticantes de desportos individuais atingiram melhores níveis de excelência de âmbito nacional que os praticantes de desportos coletivos.

Considerando toda a caracterização atrás efetuada e relativa à atividade física e desportiva do concelho de referência, é igualmente importante caracterizar as infraestruturas desportivas de excelência que existem no mesmo concelho.

Merece destaque neste plano, tendo em conta o objeto deste projeto, o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (CAR). Este está instalado no leito Padre Estêvão Cabral, foi inaugurado em 2010 e destaca-se pela relevância de âmbito nacional. É um projeto que devolve o valor estratégico do desporto na agenda do desenvolvimento local em Montemor-o-Velho. Este Centro, em conjunto com os equipamentos Piscina Municipal e Pavilhão, permitiu que a população montemorense e atletas que procuram o Clube Infante de Montemor (CIM), diariamente, façam desporto de formação, manutenção ou competição, com maior qualidade e proximidade entre os mesmos equipamentos. A construção do CAR assume-se como um projeto urbano estruturante, quer para o concelho, quer para a região do Baixo Mondego, nomeadamente ao nível da proximidade com o centro histórico e da demarcação do vale do Mondego, em termos ambientais e de território.

Como tal, todos estes equipamentos estão apoiados por percursos disponíveis: pela rede urbana, na ligação entre a Piscina e o Pavilhão e pela ciclovia do Mondego, no eixo do CAR, ao longo do leito onde o CAR está instalado. Em termos de

acessibilidades, o CAR está bem localizado, em termos de acessos e entradas. Conta com a via de ligação entre as pontes das Lavadeiras e Formoselha, a jusante e montante, respetivamente, pelo lado norte da Pista. O traçado da via privilegia o relacionamento direto com as áreas urbanas envolventes de Montemor, Formoselha e Carapinheira. No que concerne a entradas, tanto a montante como a jusante, estas estabelecem a ligação entre os acessos referidos e o CAR propriamente dito, sendo o principal acesso ao CAR a articulação da via norte com a ligação a Alfarelos.

É importante assinalar relativamente ao CAR, que desde 2002, altura em que foi inaugurada, com a realização da *Coupe de la Jounesse 2002*, a então designada pista internacional de remo e canoagem de Montemor-o-Velho, este concelho transporta consigo o rótulo de “capital dos desportos náuticos”. Infelizmente, e até há bem pouco tempo, o rótulo desta embalagem não correspondia minimamente ao seu conteúdo. Para além de algumas provas Federativas de interesse regional e nacional de remo e canoagem, que se realizaram na antiga pista internacional, pouco mais se produziu do ponto de vista dos desportos náuticos no concelho de Montemor-o-Velho, que tivesse justificado o enorme investimento levado a cabo até hoje, cerca de 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros).

Assumindo e defendendo, já nessa altura, como estratégico para o concelho o desenvolvimento dos desportos náuticos, o CIM foi investindo, na medida do possível, na promoção e dinamização das modalidades de remo e canoagem. Apesar de alguns bons resultados desportivos conquistados durante alguns anos, o número de praticantes que podia aceder a estas modalidades era muito reduzido (máximo de praticantes regulares registado – 40), fruto sobretudo das dificuldades de acesso ao equipamento, da reduzida capacidade de resposta da entidade por escassez de recursos materiais (embarcações) e das condições físicas complementares do equipamento então existentes (sem balneários, sem sanitários, sem sala de primeiros socorros, etc.).

Hoje, existe um renovado equipamento desportivo – o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, que foi recentemente inaugurado com a realização do Campeonato de Europa de Remo, e que veio corrigir uma parte dos problemas existentes, nomeadamente na requalificação das instalações, apetrechando-as com as melhores condições físicas e de funcionamento, tornando o equipamento muito mais atrativo e capaz de responder, com qualidade, às necessidades para que foi criado.

Em jeito de resumo, posso frisar que Montemor-o-Velho é um concelho marcadamente rural, com mais de 25000 habitantes, sendo as freguesias mais populosas as de Carapinheira, Pereira, Santo Varão e Montemor-o-Velho. No que concerne às questões desportivas, salienta-se o facto de 50% das associações serem de índole recreativa e a sua classe dirigente identificar como principais problemas a reduzida participação ativa da população, a necessidade de melhorar os serviços prestados à comunidade e as dificuldades na gestão das equipas.

A taxa de prática desportiva do concelho é de aproximadamente 6% e a maior participação desportiva ocorre na faixa etária dos 10 aos 14 anos. As modalidades mais procuradas são as de rendimento, em particular o futebol. Há mais homens que mulheres a praticar desporto de rendimento, sendo o contrário visível no desporto de recreação.

A freguesia de Montemor é também o território com maior índice de participação desportiva, sendo os índices de excelência nacionais superiores aos regionais.

Para concluir, saliento a existência de uma rede de equipamentos desportivos considerável, em cada uma das freguesias do concelho, com especial destaque para a sede de concelho, onde estão edificadas as infraestruturas desportivas mais importantes do concelho.

2.3. O CLUBE INFANTE DE MONTEMOR: HISTÓRIA, MISSÃO E OBJETIVOS

O Clube Infante de Montemor (CIM)⁸, entidade sem fins lucrativos, iniciou a sua atividade em 2004 e, desde então que tem como objetivos principais: a promoção, desenvolvimento, participação e gestão de atividades desportivas, recreativas e educativas, podendo igualmente desenvolver outras atividades de natureza social, cultural, formação profissional, educação especial e reabilitação de deficientes, interculturalidade e cidadania europeia, e ações de desenvolvimento que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida das populações, organização de colóquios, conferências e seminários, assim como o apoio na organização de processos de prestação de serviços para a execução dos objetivos atrás referidos.

Executa um importante trabalho no desenvolvimento desportivo do concelho de Montemor-o-Velho, procurando responder às necessidades mais importantes das suas

⁸ Para um conhecimento mais detalhado do trabalho, da missão, dos princípios norteadores da entidade e outros, vide Anexo 1 – Quadro institucional da entidade.

gentes, com o intuito de promover o desporto e o bem-estar no concelho, bem como a animação desportiva, a recreação, o lazer e a formação não só da população em geral, como dos seus técnicos em particular. Com o decorrer dos anos, os serviços oferecidos foram-se adivinhando escassos e, muitas vezes, insuficientes face às crescentes necessidades individuais e, igualmente, face ao crescente número de praticantes que procuram o clube⁹.

O Projeto “ADNMONTEMOR”¹⁰, a desenvolver mais adiante, no ponto 3.2, surge precisamente da necessidade de dinamização, na sua essência, do CIM permitindo, através da sua implementação, criar um serviço integrado de apoio a crianças, jovens, praticantes em geral e atletas de modalidades náuticas e permitir um aumento da área de intervenção da entidade, para que todos possam aceder aos desportos náuticos, de forma equitativa. A complementaridade das instituições parceiras (vide ponto 3.2) e a promoção da prática desportiva associada à melhoria, renovação e inserção das atividades náuticas, permitirá ganhos em qualidade, oferta e gestão significativos. Estima-se que o número de praticantes e atletas do concelho possa evoluir de forma significativa, em proporção direta com o desenvolvimento de novas e melhores respostas ao desenvolvimento destas modalidades. O CIM é confrontado diariamente com o facto de que a maioria das crianças e jovens e potenciais praticantes desportivos optam por escolher modalidades tipificadas de prática desportiva, dada a insuficiente promoção e o reduzido acesso aos equipamentos referentes às modalidades náuticas, associado ao tempo despendido com as mesmas práticas destas modalidades.

Este projeto procura oferecer uma capacidade de resposta que o CIM há muito ambiciona, dado encaminharmos novos praticantes, todos os dias, para as respostas de outras modalidades/ entidades limítrofes da nossa área, por não possuímos no concelho capacidade de resposta adequada. Nesta dinamização, estão incluídas as famílias da população-alvo, identificadas pelo CIM/Parceiros, que farão parte do processo de implementação do Projeto.

A entidade executora do projeto contará, além das entidades locais – Juntas de Freguesia do Concelho (que farão o encaminhamento/sinalização de potenciais praticantes para as modalidades náuticas e para os quais não têm resposta) -, com as

9 O CIM orienta as suas estratégias de ação, através da implementação de um Plano Estratégico, realizado de 4 em 4 anos. Para o conhecer em detalhe, vide Anexo 10 – Plano Estratégico para 2008/2012.

10 Para saber mais sobre a génese da denominação deste projeto, vide Anexo 2 – Génese da denominação do projeto.

participações de: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Federações Portuguesas de Remo e Canoagem, Agrupamentos de Escolas de Carapinheira, Arazede e Montemor, Associação Diogo de Azambuja e Associação Fernão Mendes Pinto.

3. ADNMONTEMOR: UM PROJETO DE PROMOÇÃO DO ACESSO AOS DESPORTOS NÁUTICOS EM MONTEMOR-O-VELHO

Neste capítulo, apresento as principais questões relacionadas com o desenvolvimento e a prática do projeto “ADNMONTEMOR”.

Numa primeira parte, explico os objetivos e âmbito do projeto, os principais problemas equacionados em termos territoriais, no que toca a fragilidades desportivas, o impacto que terá tanto na entidade executora (CIM) como na maior infraestrutura e equipamento desportivo de excelência dos desportos náuticos do concelho (CAR). Enuncio também as principais razões da aposta neste projeto e de que forma dará o seu contributo para o desenvolvimento sustentado do concelho. Refiro ainda os 4 pontos fundamentais para um desenvolvimento desportivo do concelho e o que poderá ser despoletado em caso de ausência de investimento no projeto.

Na segunda parte, descrevo os procedimentos metodológicos e o processo de desenvolvimento prático do projeto, ou seja, das ações a implementar. Refiro as respostas que o projeto procura dar em termos de atividades, o público-alvo, as metas a atingir, os beneficiários e os produtos previstos, bem como a localização e cobertura espacial. Apresento também um quadro com a especificação operacional de atividades e tarefas, onde são cruzadas todas as variáveis relevantes para o projeto e os métodos e técnicas a aplicar na sua implementação. Proponho indicadores de avaliação do projeto, com a devida indicação do (s) instrumento (s) a utilizar, equacionando um conjunto de itens bastante importantes para a sua operacionalização no terreno: participação, complementaridade, sustentabilidade, valorização dos recursos locais, resultados esperados após um ano de implementação, aspetos inovadores do projeto, divulgação e pertinência.

3.1. APRESENTAÇÃO GERAL: OBJETIVOS E ÂMBITO DO PROJETO

Este projeto tem como objetivo principal a promoção e oferta de mais e melhores condições de acesso à prática de modalidades náuticas, no concelho de Montemor-o-Velho, como estratégia de construção de uma identidade local que contribua, de forma decisiva, para a sustentabilidade e capacidade de inclusão social do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (CAR) (como recurso vital do concelho) e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Estas estratégias devem ainda incidir nos diferentes contextos em que crianças e jovens do concelho, atletas federados das entidades do concelho ou residentes no mesmo e população em geral, demonstrem interesse na prática das modalidades náuticas e onde se inserem: na família, na instituição e na comunidade em geral. Mas, devem também utilizar estratégias e instrumentos diferenciados que permitam trabalhar as diferentes dimensões (cognitivas, físicas, competências sociais e emocionais).

O presente projeto tem como prioritários os seguintes objetivos específicos¹¹:

- 1) Complementar a atuação dos trabalhos efetuados no concelho pelas diversas entidades, introduzindo mais e melhores serviços, que permitam às mesmas responder às necessidades desportivas da população alvo;
- 2) Proporcionar ganhos na qualidade da prestação dos serviços na área das modalidades náuticas já existentes;
- 3) Aumentar em cerca de 200% a capacidade de resposta do CIM, em particular nos desportos náuticos;
- 4) Dar uma resposta adequada e eficaz numa área geográfica mais vasta (60% do território do concelho);
- 5) Aumentar a taxa de prática regular de atividade física e desportiva do concelho em cerca de 3%;
- 6) Efetuar um trabalho de parceria ativa, que envolva todas as entidades limítrofes da área de atuação do CIM e da área envolvida do projeto, numa perspetiva de melhoria da sua dinâmica desportiva, com a oferta de atividades náuticas que abranjam um maior número de indivíduos;
- 7) Aumentar a taxa de utilização dos equipamentos desportivos concelhios (equipamentos náuticos) em 50%;
- 8) Criar condições para um melhor apoio ao estudo dos atletas federados de modalidades náuticas do concelho;
- 9) Cativar população em idade escolar para iniciação a uma das modalidades náuticas em 5%;
- 10) Permitir o acesso à fase de competição em uma das modalidades náuticas, a 30% do total de beneficiários do projeto;

¹¹ A quantificação prevista nestes objetivos foi calculada tendo em conta a contextualização de atuação do CIM (através do seu Plano Estratégico atual), os dados existentes sobre os praticantes e a capacidade de resposta das infraestruturas desportivas do concelho.

- 11) Apoiar o desporto escolar do concelho em 100%, de forma a satisfazer as necessidades materiais e cognitivas do desenvolvimento dos projetos de desportos náuticos do desporto escolar existentes no concelho.

O projeto procura, assim, encontrar respostas para os problemas já identificados: 1) impossibilidade de admissão de novos praticantes nas condições atuais, por insuficiência de embarcações e equipamentos complementares existentes no CIM; 2) reduzida taxa de procura e utilização do CAR, como equipamento de excelência para as modalidades náuticas e a conseqüente desvalorização do investimento no mesmo; 3) desinteresse generalizado pelas modalidades náuticas (como praticantes e como adeptos/espetadores); 4) acesso restrito às modalidades náuticas, apenas por parte dos atletas federados, tornando o remo e a canoagem num desporto de elite/competição; 5) ausência de divulgação e de incentivo à prática das modalidades náuticas no concelho; 6) ausência de infraestruturas de apoio ao praticante/atleta/indivíduo no acesso às tecnologias de informação e ao progresso escolar; 7) fraco reconhecimento, por parte da população do concelho, da importância do CAR para o desenvolvimento socioeconómico do concelho; 8) ausência de um modelo de participação territorializado e contextualizado com as características do concelho e com os seus grupos populacionais; 9) desmotivação e desinteresse – o CIM não é atrativo; 10) fraca participação nas atividades náuticas/Utilização dos equipamentos náuticos do concelho; 11) desigualdade no acesso à prática das modalidades náuticas; 12) desinvestimento nos equipamentos náuticos do concelho; e 13) quebra de praticantes das modalidades náuticas do concelho e conseqüente “morte da prática” da entidade promotora das mesmas.

Neste sentido, e após fazer uma análise conjunta dos objetivos traçados para o projeto e de algumas variáveis nomeadamente, nº de utentes, potencialidades do território, infraestruturas existentes, *know-how* da entidade (recursos humanos e técnicos) e prática desportiva existente, o CIM sente a necessidade de (re) pensar a sua estratégia de atuação, de forma a conseguir atingir 2 objetivos primordiais: aproveitar as infraestruturas e recursos existentes e colocá-los ao serviço da população e permitir o acesso mais generalizado dos desportos náuticos a todas as crianças e jovens do concelho de Montemor.

Como tal, o CIM perspetiva que o impacto deste projeto na realidade náutica concelhia permitirá: possibilitar a todos os cidadãos do concelho o acesso às modalidades náuticas, abranger com o projeto 60% do território, aumentar o número de praticantes

regulares de atividade desportiva em 3%, envolver parceiros de todas as freguesias do Concelho, aumentar em 50% a taxa de utilização dos equipamentos náuticos, permitir que 5% da população escolar inicie a prática regular de desportos náuticos, que 30% dos beneficiários do projeto adiram à prática federada e competitiva e abranger a totalidade dos alunos inscritos nos projetos de desporto escolar de remo e canoagem.

Antes de mais, é imperativo referir que este projeto é, de fato, um projeto para o desenvolvimento do Clube Infante de Montemor, que utiliza o CAR como recurso físico fundamental para a prossecução dos seus objetivos desportivos.

Mas, para que isso aconteça, é necessário resolver os problemas que promovem a reduzidíssima taxa de utilização desta infraestrutura desportiva por parte da população do concelho de Montemor-o-Velho, quer como praticantes federados, quer como praticantes de âmbito recreativo e de lazer, quer mesmo como adeptos e espectadores dos eventos desportivos que nela se desenvolverão. Em resumo, podemos facilmente constatar que atualmente, Montemor-o-Velho, apesar de ter a melhor infraestrutura desportiva para o desenvolvimento dos desportos náuticos, é um dos Concelhos com a mais baixa taxa de praticantes destas modalidades (menos de 0,2% da população pratica estas modalidades), o que parece inaceitável.

Se não for feito um investimento bem estruturado e programado, tal e como o que se propõe, que provoque um aumento real, sustentado e abrangente de praticantes e utilizadores regulares do CAR de Montemor-o-Velho e que contribua para o reconhecimento, por parte da população, do valor acrescentado que este enorme investimento significa para o Concelho, então poderemos estar em presença de um investimento público falhado, ou que fique aquém das fundadas expectativas sociais, económicas, políticas e até desportivas que foram criadas.

Se nada for feito neste sentido, então seremos apenas, enquanto concelho, meros anfitriões e coorganizadores de dispendiosos eventos desportivos, pouco atrativos para a grande maioria dos cidadãos residentes no concelho e com pouco retorno económico para o mesmo. Os principais problemas diagnosticados pelo projeto, relativamente ao CAR, são: 1) reduzida incidência das modalidades náuticas no concelho, em que apenas cerca de 40 indivíduos pratica estes desportos com regularidade, o que significa uma taxa de prática inferior a 0,2%; 2) população pouco informada sobre as modalidades náuticas possíveis de praticar no concelho e, em particular, pouco informada das potencialidades que o novo CAR oferece em termos de prática desportiva de formação, recreação e competição; 3) reduzida capacidade

de captação de indivíduos em programas de atividade regular de ensino e treino das modalidades náuticas, por limitações impostas pela quantidade de recursos materiais (equipamentos desportivos) disponíveis; e 4) difícil acessibilidade às modalidades e equipamentos, para a grande maioria dos cidadãos residentes no concelho, fora da freguesia sede, por não existirem respostas adequadas do ponto de vista dos transportes públicos e/ou privados.

Assim, o papel do CIM neste projeto será sempre o papel de promotor/impulsionador da prática desportiva náutica em Montemor e, associado a isto, terá igualmente um papel de dinamização das ações e de impulsionador do CAR, pretendendo dar-lhe potencial, através das suas atividades.

Como tal, ter o CIM como principal rentabilizador do CAR trará ganhos não só para o desenvolvimento do próprio centro, mas também para o desenvolvimento desportivo do concelho e melhoria da qualidade de vida das populações. Senão vejamos: o CAR sendo um equipamento gerido diretamente pela autarquia, não tem o background técnico nem desportivo de uma entidade como o CIM, possuindo apenas alguns recursos humanos e materiais, mas não consegue dar resposta às necessidades da população. Igualmente, como infraestrutura desportiva, apenas se limita a “receber” eventos desportivos, logo, há todo um conjunto de instalações que deixam de ser exploradas e rentabilizadas no tempo, levando à desatualização/degradação das mesmas. Da mesma forma, não demonstrando à população o verdadeiro interesse e sensibilizando a mesma para os proveitos e ganhos que a mesma infraestrutura pode trazer ao concelho, colocando na prática ao dispor uma série de atividades, o CAR corre o risco de não ser valorizado nem reconhecido enquanto ponto essencial de interesse desportivo.

Assim, um dos pontos que merece evolução neste ponto de vista é a abrangência em termos populacionais. A verdade é que não podemos partir para uma franja populacional mais idosa (como é o caso do que aqui se apresenta em termos de projeto), sem termos conseguido atingir toda a população jovem – seja do desporto escolar, sejam praticantes em geral – que se traduz em desporto de formação, que é claro está a base do desenvolvimento desportivo.

Por outro lado, em termos turísticos, Montemor não só ainda não cresceu em termos de investimento (seja imobiliário, seja de infraestruturas), como necessita de uma projeção em termos regionais. Isto implica que se cresça efetivamente em termos de desportos náuticos, para que mais tarde seja possível dar o passo em frente na aposta

e otimização de recursos náuticos e hídricos associados ao turismo aquático, por exemplo.

Outro ponto a ter em conta é a necessidade de se criarem relações de parceria mais fortes e mais compensatórias em termos de partilha de recursos. Num contexto estrutural e económico que se adivinha sinuoso, a verdade é que a maior parte das entidades (com os cortes orçamentais e de financiamentos públicos) não está disponível para apoiar, ser parceira, investir no desenvolvimento desportivo no concelho. O desporto é uma área que, como vimos, tem vindo a adquirir bastante importância no contexto social atual, mas é também uma área que carece de investimento, tanto do praticante particular, como da entidade em geral e entidades de tutela. Logo, é necessário conseguir consolidar todas estas questões para que se possa passar para outras práticas mais alargadas e estratégicas.

Associado a tudo o que atrás se disse, facilmente se compreende o porquê deste projeto ser tão aut centrado na atividade do CIM e fechado noutras perspetivas. Com o devido reconhecimento presente de que um projeto deste tipo teria muito mais ênfase se lhe fosse dado um cariz mais regional, com uma aplicação territorial mais alargada, a verdade é que há a necessidade de consolidar a questão dos desportos náuticos, primeiramente, numa fase concelhia e, após isso, proceder ao alargamento territorial em termos distritais e regionais.

Considero que, após todos os comentários tecidos, as vias mais favoráveis e visíveis para o desenvolvimento desportivo do concelho de Montemor, passam por 4 eixos fundamentais:

- 1) Aumentar o nº de praticantes e ativos, através da abordagem em 4 frentes (desporto para todos, desporto escolar, desporto de rendimento e desporto turismo). Torna-se necessário desenvolver estratégias que eliminem os obstáculos que provocam lacunas no acesso à prática desportiva (ex. horários mais livres, longe de casa e do trabalho, falta de atividades para a família) e proporcionem o aumento da participação desportiva da população, através do culto de um estilo de vida saudável, da consolidação de uma prática desportiva desde a idade mais jovem, ter em consideração a prática desportiva por parte de populações com necessidades especiais, proporcionar atividades desportivas de lazer para a população em geral e promover o aumento da filiação da população em entidades desportivas, em termos de prática desportiva de lazer;

- 2) Conseguir melhores praticantes, através da promoção da iniciação desportiva de públicos infantis para o desporto de rendimento, apostar nas modalidades mais fortes do concelho e promover uma prática organizada das mesmas (sem duplicação de ofertas, por ex), apostar na melhoria dos clubes do concelho, apostar na formação de técnicos e treinadores e estabelecer parcerias no sentido de conseguir um melhor desenvolvimento das modalidades;
- 3) Aumentar a taxa de utilização e conseguir mais locais de prática, através das parcerias a estabelecer entre entidades públicas e privadas existentes, promover a planificação sustentada e sustentável de novas instalações adequadas aos diversos níveis de prática e diferentes modalidades, através da planificação e conceção de instalações e infraestruturas desportivas, promover melhorias e reajustes nas infraestruturas existentes e garantir as taxas de utilização das infraestruturas em níveis elevados;
- 4) Melhorar a gestão desportiva, através da criação de uma estrutura que garanta a condução e coordenação do desporto municipal, promover a participação das várias entidades desportivas de relevo do concelho, desenvolver melhores práticas de gestão em todas as organizações desportivas (valorizando a liderança, financiamento, formação de técnicos), promover a divulgação das ofertas desportivas existentes e a proximidade das populações aos equipamentos e criar uma comissão que acompanhe a implementação do plano estratégico.

Principais problemas	Causas prováveis	Grupo de população mais afetada	Recursos disponíveis	Necessidades identificadas
<p>Reduzida incidência das modalidades náuticas no concelho. Apenas cerca de 40 indivíduos pratica estes desportos com regularidade, o que significa uma taxa de prática inferior a 0,2%.</p> <p>População pouco informada sobre as modalidades náuticas possíveis de praticar no concelho e, em particular, pouco informada das potencialidades que o novo CAR oferece em termos de prática desportiva de formação, recreação e competição.</p> <p>Reduzida capacidade de captação de indivíduos em programas de atividade regular de ensino e treino das modalidades náuticas, por limitações impostas pela quantidade de recursos materiais (equipamentos desportivos) disponíveis.</p> <p>Difícil acessibilidade às modalidades e equipamentos, para a grande maioria dos cidadãos residentes no concelho, fora da freguesia sede, por não existirem respostas adequadas do ponto de vista dos transportes públicos e/ou privados.</p>	<p>Pouco investimento na promoção e dinamização de programas específicos de iniciação, ensino e aperfeiçoamento dos desportos náuticos;</p> <p>Pouca abrangência territorial da oferta atualmente existente;</p> <p>Insuficiente capacidade de resposta, fruto das limitações ao nível dos Equipamentos desportivos disponíveis (embarcações e outros equipamentos desportivos)</p> <p>Rede de transportes existente inadequada para as necessidades dos desportos náuticos</p> <p>Modalidades que exigem maior disponibilidade de tempo para a sua prática.</p>	<p>População em geral;</p> <p>Praticantes e atletas federados;</p> <p>Desporto Escolar;</p> <p>Crianças e jovens do concelho;</p>	<p>Parcerias estabelecidas;</p> <p>Equipa Técnica da entidade promotora do Projecto;</p> <p>Equipamento Desportivo e Instalações (posto náutico) pertencentes ao CIM;</p> <p>Know-how do CIM;</p> <p>Meios de Transportes Existentes (carrinha de 9 lugares do CIM)</p>	<p>Aquisição de material náutico (embarcações, remos/pagaias, coletes, etc.) de apoio a todos os praticantes;</p> <p>Aquisição de veículo de transporte de 22 lugares, exclusivo para o Projecto;</p> <p>Suportes de imagem e divulgação (flyers, brochuras, DVD's de iniciação às modalidades);</p> <p>Acompanhamento técnico/pedagógico especializado para todos os tipos de praticantes;</p> <p>Sala de estudo/Centro de Recursos em Conhecimento, com apoio de Professores/Monitores.</p>

3.2. ADNMONTEMOR – DO DESENVOLVIMENTO E DAS QUESTÕES PRÁTICAS

A execução do “ADNMONTEMOR” define como grupos prioritários de intervenção, tal como vimos atrás, as crianças e jovens do concelho de Montemor-o-Velho, os atletas federados das entidades do concelho/ou residente no mesmo e a população, em geral, que demonstre interesse na prática de uma modalidade náutica. O projeto pretende implementar no concelho de Montemor-o-Velho uma intervenção multidimensional, reforçando o trabalho interinstitucional já em curso, introduzindo as áreas, os recursos e as valências considerados deficitários. Propõe-se, assim, um Plano de Ação, com a duração de 1 ano¹², para implementação, início de funcionamento e desenvolvimento do mesmo.

Assim, pretende-se melhorar não só o serviço já existente e prestado, como também promover e aumentar a oferta e as atividades relacionadas com modalidades náuticas e sua conseqüente acessibilidade, permitindo a eficácia e eficiência da sua ação e das respostas¹³, nomeadamente:

- 1) Mais Acessibilidade - Percurso mensal em todas as freguesias do concelho, com a elaboração de um percurso mensal, com o apoio de todas as Juntas de Freguesia do concelho que permita que, pelo menos, duas vezes por mês, crianças e jovens destas freguesias possam experienciar atividades náuticas. O mesmo se aplicará aos destinatários do Desporto Escolar. Com estas medidas poderemos abranger uma população de cerca de 8000 indivíduos por ano.
- 2) Criação de uma Escola de Formação de desportos náuticos, acessível a todos os cidadãos e praticantes não federados, com programas de formação por níveis, em função das competências adquiridas.
- 3) Produção de DVD e Página Web /Promoção das modalidades náuticas com a produção de um DVD que promova as modalidades náuticas de Remo e Canoagem em todas as Escolas do Concelho de referência, de forma gratuita e realização de ações de divulgação das mesmas modalidades. Este DVD/Ação de divulgação será assegurada pela Equipa Técnica da entidade promotora do Projeto.
- 4) Criação e manutenção de uma página Web que permita uma interação direta entre a entidade promotora do projeto e os potenciais praticantes e parceiros. Com estas

¹² Para melhor compreensão dos prazos que compõem este período, vide Anexo 4 – Prazos e calendário.

¹³ Para uma informação mais detalhada em termos de atividades, consultar o Anexo 3 – atividades previstas no projeto.

medidas, o projeto pretende abranger cerca de 5.800 indivíduos (cerca de 30% da população do concelho).

- 5) Criação de um espaço de apoio ao estudo/Centro de Recursos em Conhecimento, com criação de medidas de apoio ao estudo, através de um espaço (sala de estudo/recursos multimédia e TIC) que conta com o apoio da Equipa Técnica do CIM e de Professores dos Agrupamentos de Escolas, a incidir sobre cerca de 100 indivíduos (atletas federados) por ano¹⁴.

No total, com este investimento serão abrangidos anualmente, direta e indiretamente, cerca de 10.000 indivíduos¹⁵.

3.2.1. METAS

Problemas	Necessidades	Atividades	Resultados
<p>Reduzida incidência das modalidades náuticas no concelho. Apenas cerca de 40 indivíduos pratica estes desportos com regularidade, o que significa uma taxa de prática inferior a 0,2%.</p> <p>População pouco informada sobre as modalidades náuticas possíveis de praticar no concelho e, em particular, pouco informada das potencialidades que o novo CAR oferece em termos de prática desportiva de formação, recreação e competição.</p> <p>Reduzida capacidade de captação de indivíduos em programas de atividade regular de ensino e treino das modalidades náuticas, por limitações impostas pela quantidade de recursos materiais (equipamentos desportivos) disponíveis.</p> <p>Difícil acessibilidade às modalidades e equipamentos, para a grande maioria dos cidadãos residentes no concelho, fora da freguesia sede, por não existirem respostas adequadas do ponto de vista dos transportes públicos e/ou privados.</p>	<p>Aquisição de material náutico (embarcações, remos/pagaias, coletes, etc.) de apoio a todos os praticantes;</p> <p>Aquisição de veículo de transporte de 22 lugares, exclusivo para o projeto;</p> <p>Suportes de imagem e divulgação (flyers, brochuras, DVD's de iniciação às modalidades);</p> <p>Acompanhamento técnico/pedagógico especializado para todos os tipos de praticantes;</p> <p>Sala de estudo/Centro de Recursos em Conhecimento, com apoio de Professores/Monitores</p>	<p>Dinamização do Plano de Transportes Concelhio de acesso aos Desportos Náuticos;</p> <p>Programas de atividade de formação inicial - As Primeiras Pagaiadas/Remadas (curso de 2horas);</p> <p>Percurso Formativo por níveis de 1 a 6 - de Iniciante a Pro (cursos de 10horas a 50horas);</p> <p>Atividades Desportivas Federadas/Competitivas (4 sessões semanais de treino e participação em competição federada);</p> <p>Organização e dinamização semanal dos grupos de prática do Desporto Escolar.</p> <p>Apoio ao estudo, ateliês de informática, leitura acompanhada, acesso à internet.</p> <p>Dinamização de Programas de atividades Náuticas de Lazer e Turismo.</p>	<p>Possibilitar a todos os cidadãos do concelho o Acesso às modalidades náuticas;</p> <p>Abranger com o projeto 60% do território;</p> <p>Aumentar o número de praticantes regulares de atividade desportiva em 3%</p> <p>Envolver parceiros de todas as freguesias do Concelho;</p> <p>Aumentar em 50% a taxa de utilização dos equipamentos náuticos;</p> <p>5% da população escolar inicie a prática regular de desportos náuticos;</p> <p>30% dos beneficiários do projeto aderirem à prática federada e competitiva;</p> <p>Abranger a totalidade dos alunos inscritos nos projetos de Desporto Escolar de Remo e Canoagem.</p>

¹⁴ Sobre a questão de estrutura, recursos humanos afetos e de gestão do projeto, vide Anexo 6 – Estrutura organizacional e de gestão.

¹⁵ Para conhecer em detalhe os custos estimados das referidas atividades em projeto, vide Anexo 5 – Projeto de investimento.

3.2.2. BENEFICIÁRIOS

Os destinatários deste projeto representam cerca de 10.000 indivíduos, divididos entre crianças, jovens, praticantes em geral e atletas federados do concelho/com residência no concelho. São indivíduos que procurem diretamente os nossos serviços ou que sejam encaminhados por outras entidades/organismos do concelho. São, na sua essência, crianças e jovens do concelho de Montemor, inseridas no contexto escolar, praticantes em geral de todas as freguesias do concelho e atletas federados, de entidades do concelho.

3.2.3. PRODUTOS

Os produtos deste projeto podem verificar-se em resultados materiais e serviços prestados:

Resultados Materiais	Serviços Prestados
<ul style="list-style-type: none"> ■ Criação de sala de estudo/Centro de Recursos em Conhecimento; ■ Criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento às modalidades náuticas; ■ Criação de uma bolsa mensal de vagas, por freguesia, para acesso às modalidades náuticas; ■ Produção de DVD pedagógico para promoção das modalidades náuticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Espaço para estudo, uso de recursos multimédia e acesso às TIC's; ■ Apoio pedagógico de Professores dos Agrupamentos de Escolas do concelho; ■ Programas de atividade de formação inicial (as primeiras pagaiadas/remadas – cursos de 2h); ■ Percurso formativo por níveis de 1 a 6 (iniciante a pro – cursos de 10h a 50h); ■ Atividades desportivas federadas/competitivas (4 sessões semanais de treino e participação em competição federada); ■ Organização e dinamização semanal dos grupos de prática de desporto escolar. ■ Informação/sensibilização da população – alvo para a prática das atividades náuticas e entidades de promoção das mesmas.

3.2.4. LOCALIZAÇÃO E COBERTURA ESPACIAL

O presente projeto localiza-se na freguesia de Montemor-o-Velho, que se situa a 25 kms de Coimbra e 16 kms de Figueira da Foz. Tem um aglomerado populacional concelhio de cerca de 26.000 habitantes. O nível de implementação do projeto é a nível concelhio, mais especificamente no concelho de Montemor-o-Velho, sendo a

área geográfica de intervenção composta por todas as freguesias do concelho de Montemor-o-Velho. O mesmo projeto será implementado num contexto em 4 vertentes indissociáveis e complementares no sucesso do mesmo, nomeadamente: comunidade/parcerias, respostas locais existentes, famílias e instituição promotora (CIM).

3.2.5. ESPECIFICAÇÃO OPERACIONAL DAS ATIVIDADES E TAREFAS A REALIZAR

Meta	Produto	Atividades	Tarefas
Aumento do número de praticantes nas modalidades de referência em 30%.	Sistema de transporte com percurso mensal em todas as freguesias do concelho – elaboração de um percurso mensal, com o apoio de todas as juntas de freguesia do concelho que permita que, pelo menos, uma vez por mês, crianças e jovens destas freguesias possam experienciar atividades náuticas.	<ul style="list-style-type: none"> - receção de inscrições de beneficiários; - calendarização/plano de transporte por freguesia; - registo da gestão de vagas e do plano de transporte para informação aos parceiros, através de plataforma eletrónica no site exclusivo do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de fichas de inscrição do projeto; - contatos com juntas de freguesia; - atualização constante da plataforma eletrónica.
Aumento da capacidade de resposta dos projetos de desporto escolar em 20%.	Criação de uma escola de formação de desportos náuticos – acessível a todos os cidadãos e praticantes não federados, com programas de formação por níveis, em função das competências adquiridas.	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de plano formativo para cada nível; - estruturação da equipa técnica, de acordo com os percursos mensais elaborados e os níveis de aprendizagem; - reuniões de equipa e coordenação do projeto/parceiros; - requisições de material/espacos. 	<ul style="list-style-type: none"> - organizar os grupos de trabalho e os conteúdos de formação; - fazer a articulação com outras instituições locais e parceiras; - trabalhar as competências do grupo; - organização dos processos de avaliação inerentes aos cursos a ministrar.
Incremento da capacidade de promoção e divulgação dos desportos náuticos no concelho. Os suportes de imagem e métodos de promoção deverão conseguir afetar diretamente 30% da população.	<p>Produção de DVD sobre desportos náuticos.</p> <p>Ações de divulgação, exposições e workshops.</p> <p>Página web ADNmontemor</p>	<ul style="list-style-type: none"> - distribuição do DVD pelos parceiros do projeto; - ações de sensibilização para beneficiários a desenvolver nas escolas e parceiros; - distribuição de panfletos, flyers e brochuras de informação; - exposição de equipamentos relacionados com as atividades náuticas em todas as escolas do concelho de MMV; - realização de workshops e ações de divulgação junto da população alvo e parceiros. - divulgação do projeto; - consulta das turmas/níveis disponíveis e do percurso/transporte de cada freguesia; - inscrições online, contatos diretos. 	<ul style="list-style-type: none"> - conceção e realização do DVD; - organização das sessões de sensibilização e distribuição dos DVD's e contatos; - conceção dos suportes de imagem a utilizar; - distribuição dos materiais produzidos, em colaboração com os parceiros; - calendarização e organização das ações/workshops/exposições; - Conceção da página web; - recolha e tratamento semanal da informação a divulgar pelo site; - controlo mensal de visitas.
Todos os praticantes regulares, federados ou em processo de formação no Centro de Formação de desportos náuticos possam aceder ao espaço de apoio ao estudo/Centro de recursos em conhecimento, criado para o efeito.	Criação de um espaço de apoio ao estudo/CRC, que disponibilize recursos didáticos/pedagógicos, recursos tecnológicos/informáticos e recursos humanos especializados de apoio à vida escolar e académica dos beneficiários.	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular; - apoio ao estudo; - Requisição de livros didáticos; - Acesso às novas tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> - organização e gestão de RH afetos à sala/CRC; - aquisição de recursos materiais pedagógicos e tecnológicos; - elaboração de mapa de ocupação do espaço.

3.2.6. MÉTODOS E TÉCNICAS A APLICAR

Podemos afirmar que as estratégias de valorização pessoal e dos territórios são sempre a melhor forma de exprimir a intervenção que se faz do terreno. Assim, as estratégias adotadas pelo CIM serão quase todas fundamentadas numa mesma linha mas, no entanto diferem no contexto territorial, nos obstáculos que vamos encontrando ao longo da execução do projeto.

Perante isto, os métodos e técnicas a utilizar no Projeto “ADNMONTEMOR” são os seguintes:

- 1) Enraizamento da equipa técnica e das próprias entidades. Este método contribui para que mais facilmente se obtenha um diagnóstico de necessidades aproximado da realidade, uma deteção dos problemas mais concisa, uma aproximação à população e a integração da equipa institucional dentro da comunidade, um pouco para desmistificar a visão dos mesmos como “outsiders”.

2) Investigação – Ação, de forma informal, pois desta forma é possível perceber quais as estratégias que melhor se adequam à realidade da entidade executora e que fazem face às necessidades da população - alvo, como da equipa técnica que trabalhará no projeto e, claro está, envolver a comunidade e familiares no projeto e na sua própria dinamização, o que traz mais um aspeto positivo que se prende com a responsabilização das famílias e comunidade em geral, com autonomia, no sucesso do processo. Outro aspeto positivo a reter é o facto de aproveitarem os recursos humanos e materiais da entidade executora e parceiros para dar mote à realização da maior parte das atividades.

- 3) Formas de sensibilizar, esclarecer e informar a população para todo o tipo de ações/atividades/serviços que irão decorrer e, isso constitui, sem dúvida, um fator positivo. É uma forma de ultrapassar todas as resistências e dar a conhecer o trabalho e as vantagens que o CIM pode oferecer às populações e seus utentes e, que poderia constituir uma mais-valia para todos os intervenientes. Uma boa estratégia para divulgar o seu trabalho e o projeto em si será a de proceder a publicações de todos os trabalhos resultantes de projetos (para dar a conhecer os benefícios da prática desportiva) e mesmo de uma brochura trimestral informativa, com todas as atividades que têm entre mãos no momento e com dicas de apoio e encaminhamento para a população, faz com que o seu trabalho não seja deixado ao acaso.

- 4) O trabalho em parceria, que vem, não só ajudar a instituição “a crescer” como a contribuir com know-how técnico e material para a boa execução do projeto. Ainda assim, é através das parcerias, que o projeto conseguirá trocas de experiências que

ajudam a instituição a repensar as suas formas de intervenção e a melhorar a sua dinâmica institucional e de oferta de serviços para todos.

- 5) Articulação do trabalho da instituição com programas e formas de financiamento. Obviamente que é difícil uma instituição sobreviver sem financiamentos ou ajudas financeiras, especialmente quando se trata de uma entidade sem fins lucrativos. A existência de programas financiadores, como este que, de alguma, permitam apoiar o trabalho que o CIM faz e pretende levar a efeito, constitui uma forma de continuidade da mesma e de reforço das atividades que a mesma pretende desenvolver, bem como o aumento dos serviços e sua capacidade.

- 6) A participação dos indivíduos e suas famílias, que trará alguma autonomia e responsabilidade aos mesmos, o reconhecimento das suas necessidades e o acesso individual e coletivo às oportunidades criadas pelo projeto.

- 7) O uso do princípio de subsidiariedade, no quadro do modelo do projeto, significa que é no território, no local, que os problemas terão de ser resolvidos. É próximo das populações que se deve atuar, de uma forma concertada, articulada e preventiva, pois é a este nível que se identificam os problemas e as necessidades, os recursos, as potencialidades e identidades dos agentes de mudança e se podem ensaiar, inovar e desenvolver ações de intervenção coletiva, visando a resolução de problemas concretos locais. Nesta perspetiva, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e as competências locais, se deverá apelar a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas. O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efetiva e de formas de regulação social, em que o Estado, sociedade civil organizada e cidadãos se unem, criando fatores de mudança do desenvolvimento local, propiciadores da inserção dos que, por norma, não têm acesso às atividades, por vários fatores.

- 8) Recorrer ao princípio da participação, que significa que a promoção da prática desportiva em geral, e das atividades náuticas em particular, numa perspetiva da promoção do desenvolvimento recreativo, desportivo e social, é tanto mais efetivo quanto mais resulte de um processo amplamente participado. Aqui, a participação deve alargar-se aos atores locais e às populações, em particular às que não têm facilidade de acesso às mesmas e estender-se a todas as ações desenvolvidas no âmbito do Projeto. Desta forma, tal princípio pressupõe a tomada de consciência das entidades e populações locais das razões que se prendem com esta ausência de acessibilidade aos equipamentos náuticos, bem como a mobilização dos atores e populações locais, em torno de ações concretas que visem a solução dos problemas existentes e o apoio à organização e mobilização de crianças, jovens, praticantes e

atletas que queiram aceder mais facilmente às modalidades, para que participem na resolução dos problemas. Assim, será de realçar a necessidade de intensificar / fortalecer a importância da entidade, como instrumento que contribui para o reforço dos elos sociais e para o protagonismo que as populações devem ter nos processos de desenvolvimento que as visam.

- 9) O carácter inovador do projeto, tendo em conta a emergência de novas problemáticas e mutações sociais que ocorrem a um ritmo acelerado, é imprescindível que as novas políticas, medidas e programas sejam portadores de inovação para se adequarem às realidades em presença. Este Projeto integra perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da prática desportiva da vertente náutica, ao desenvolvimento de uma parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento intersectorial da intervenção desportiva no local. Porém, este processo só terá sequência na medida em que também se traduza na criação de dinâmicas de inovação nos processos de trabalho e nas práticas, uma vez que é importante inovar nos processos de trabalho, descentralizar os serviços, desburocratizar, visando uma informação ativa, através de um sistema de comunicação fácil e acessível entre os serviços e os indivíduos e as entidades parceiras, que motivem a participação da população - alvo.

- 10) A inclusão, que se traduzirá no reforço das respostas locais e na alteração, quiçá, de algumas práticas institucionais levadas a efeito ineficazmente.

3.2.7. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Atividades	Indicadores	Instrumentos de Avaliação	Intervenientes		Periodicidade
			Quem é avaliado	Quem avalia	
Sistema de transporte com percurso mensal em todas as freguesias	Cumprimento de prazos estabelecidos, de objetivos, satisfação dos intervenientes	Relatórios de equipa, de acompanhamento, atas de reunião com a ET, registos da entidade	Entidade promotora	Equipa técnica do projeto	Mensal Pontual Bimestral
Criação de uma escola de formação de desportos náuticos	Nº de beneficiários, nº de inscrições, nº de atividades, nº de inscrição nas modalidades	Inquéritos de satisfação dos indivíduos, relatórios técnicos da coordenação do projeto, atas de reunião da ET	Equipa técnica	Indivíduos	
Produção de DVD sobre desportos náuticos	Nº de encaminhamentos, taxas de participação	Fichas de marcação, relatórios, assiduidade, relatórios dos técnicos, fichas de caracterização individual, fichas de encaminhamento, relatórios de acompanhamento, avaliação e intervenção	Técnicos, entidade	Parceiros	
Ações de divulgação, exposições e workshops			Indivíduos	Técnicos	
Página web ADNmontemor					
Criação de um espaço de apoio ao estudo/Centro de Recursos em Conhecimento					

3.2.7.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO

No que concerne à avaliação do projeto, esta será dividida em três momentos: uma avaliação técnica, uma avaliação efetuada pelos parceiros e uma avaliação da execução financeira.

Na avaliação técnica, será feita uma autoavaliação do projeto e da equipa subjacente e também uma avaliação externa, efetuada pela equipa técnica do projeto, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas traçados na candidatura. Este momento de avaliação técnica será efetuado em momentos a definir com a equipa técnica do projeto, de acordo com o prazo determinado em anos no modelo de gestão apresentado. Para tal, a equipa técnica do projeto deverá reunir de quinze em quinze dias e elaborar relatórios quinzenais que mostrem o cumprimento ou não dos objetivos inicialmente propostos, o trabalho da equipa, entre outros.

Na avaliação dos parceiros, serão elaborados 4 relatórios de autoavaliação deste, a partir da fase de iniciação/funcionamento e durante a execução total do projeto, nomeadamente, um relatório de três em três meses, sendo que o último relatório deverá ser acompanhado de um relatório final, nomeadamente um relatório intercalar e um relatório final. Para o efeito, o grupo de parceiros fará reuniões bimestrais das quais resultarão instrumentos de trabalho que ajudarão na execução dos relatórios. Mais se salienta que o consórcio se encontrará sempre disponível para reunir com a equipa técnica do projeto, no sentido de ajudar a mesma na avaliação externa do projeto.

De salientar ainda que se recorrerá, sempre, à avaliação contínua do projeto, para que seja possível alterar e/ou (re) ajustar estratégias de intervenção e desenvolvimento, numa lógica de avaliação participada, com a intervenção de todo o consórcio e equipa técnica do projeto e a uma autoavaliação do projeto e intervenientes, recorrendo a instrumentos de avaliação a criar para o efeito.

A avaliação da execução financeira ficará a cargo do responsável financeiro máximo da entidade executora.

3.2.8. PARTICIPAÇÃO

A sustentabilidade do presente projeto e suas atividades inerentes, contemplam uma estratégia de implicação e participação local, desde a fase da sua conceção até à concretização do seu funcionamento quotidiano e avaliação do seu desempenho e impacto.

Destaco a participação de: 1) Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, com o compromisso de comparticipação na cedência da Piscina Municipal para as atividades, Centro de Alto Rendimento (CAR) e outros equipamentos desportivos de interesse para o projeto; 2) Federações Portuguesas de Remo e Canoagem, com o compromisso de parceria técnica para a produção de um DVD acerca das modalidades náuticas e que será para divulgação nas Escolas do Concelho; 3) Agrupamentos de Escolas de Carapinheira, Arazede e Montemor, com o compromisso de ser parceiro para o apoio na divulgação de um DVD, a ser produzido dentro do projeto, acerca das modalidades náuticas e que será distribuído nas Escolas de referência dos mesmos e enviar Professores disponíveis para apoio à sala de estudo/Centro de Recursos em Conhecimento; 4) Associação Diogo de Azambuja, com o compromisso de ser parceiro tecnológico para a produção de um DVD acerca das modalidades náuticas e que será para divulgação nas Escolas do Concelho; 5) Juntas de Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho, com o compromisso de efetuar o trabalho de divulgação e sinalização de potenciais frequentadores do projeto; 6) Associação Fernão Mendes Pinto, com o compromisso de cedência de transportes de apoio e espaços (salas polivalentes, estruturas); 7) APPACDM de Montemor, com o compromisso de encaminhamento de indivíduos com mobilidade reduzida ou portadores de deficiência física e/ou mental; 8) investimento particular do CIM.

3.2.9. COMPLEMENTARIDADE

Face ao panorama de recursos locais existentes, prevêem-se as seguintes complementaridades: 1) acesso a equipamentos desportivos do concelho, na área das modalidades (piscina, CAR, pavilhão, etc.); 2) articulação com os serviços Secção de Canoagem do CIM, que fazem um importante trabalho no desenvolvimento da modalidade no concelho; 3) existência e aproveitamento dos recursos endógenos do território existente (caudais, rio Mondego); 4) complementaridade com os trabalhos executados no desporto escolar existente; e 5) Centro Nacional de Estágio de

Desportos Náuticos - acolhimento das seleções nacionais e internacionais de remo e canoagem, bem como a permanência em Montemor-o-Velho dos melhores atletas nacionais.

3.2.10. SUSTENTABILIDADE

Pretende-se, no final do projeto, que todas as entidades parceiras e a própria entidade promotora possam ser independentes na dinamização das atividades do projeto. A finalidade do mesmo é que a entidade promotora consiga ser autossuficiente nas respostas desportivas ao nível das modalidades de remo e canoagem, através da implementação das respostas existentes no projeto, aos indivíduos sinalizados, que mais dele necessitem. Isto é passível de ser conseguido através do aumento do número de recursos materiais/técnicos e de um investimento particular do praticante, de acordo com as tabelas praticadas na entidade vs. a necessidade da prática para melhoria da qualidade de vida desportiva do indivíduo. Aqui, o CIM funcionará como “motor de apoio” a todas as famílias, bem como às entidades que pretendam enviar-nos as suas crianças/jovens.

Assim, a sustentabilidade do investimento a realizar assenta nos seguintes pressupostos: 1) taxa de ocupação das modalidades em 100%; 2) partilha mensal dos praticantes e atletas, de acordo com as tabelas mensalidade em vigor para o efeito; 3) gestão integrada e sustentável dos recursos humanos e materiais a afetar ao funcionamento quotidiano do centro de custos criado; 4) gestão assessorada por profissionais qualificados nas áreas da economia e contabilidade, no que concerne ao investimento de verbas próprias/particulares da entidade de forma a assegurar o investimento e o funcionamento das modalidades; 5) apoio técnico e financeiro, por parte do CIM, na conceção, desenvolvimento e dinamização de atividades; 6) know-how e material de projeto “angariado”, bem como o que foi transferido das atuais modalidades; 7) donativos cedidos à entidade; 8) utilização gratuita dos equipamentos desportivos, por parte da autarquia; e 9) participação do CIM no transporte gratuito destes utentes aos equipamentos desportivos/atividades.

3.2.11. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS LOCAIS

A concretização deste projeto será potencializada pelo usufruto dos seguintes recursos locais: 1) comparticipação financeira da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, nomeadamente com recursos materiais e/ou humanos; 2) investimento privado do CIM; 3) apoio das entidades parceiras (elaboração, organização e desenvolvimento das atividades previstas); 4) apoio e orientação técnica da equipa do CIM; e 5) partilha de recursos humanos especializados com outras entidades concelhias/distritais/nacionais.

A verificação de todos estes recursos disponíveis será efetuada com base no trabalho de terreno efetuado pela equipa técnica do projeto, através do contacto de parcerias a concretizar e já existentes com a entidade promotora do projeto, levantamento de respostas existentes para os objetivos pretendidos, Carta Educativa Concelhia e Diagnóstico Social da Rede Social do Concelho de atuação.

3.2.12. RESULTADOS ESPERADOS

No que concerne aos resultados esperados, o CIM com este projeto, pretende atingir os seguintes: 1) aumento do número e qualidade de atividades/serviços prestados no concelho; 2) aumento da capacidade de resposta do CIM face às modalidades náuticas a abranger com o Projeto; 3) alteração de mentalidades e despertar da população - alvo para a prática de modalidades náuticas como uma nova exigência ao nível do bem-estar; 4) aumento da rede de oferta das modalidades de remo e canoagem no concelho de atuação do Projeto; 5) aumento de 60% da área desportiva náutica coberta pelo CIM; 6) oferta de melhores atividades náuticas; 7) maior eficiência em 50% dos serviços prestados; 8) aumento do número de praticantes em ambas as modalidades; 9) aumento do trabalho de parceria em 50%; 10) introdução da oferta da prática de modalidades náuticas em todas as freguesias do concelho, uma vez que a mesma é nula na sua maior parte; 11) promover a importância das atividades desportivas náuticas e a sua sustentabilidade na entidade em 50%; e 12) encaminhamento de 100% dos casos sinalizados, acompanhamento de 100% das atividades e praticantes/atletas e incremento da participação das famílias destes no projeto.

3.2.13. ASPETOS INOVADORES DO PROJETO

Em termos de inovação, defendo que o presente projeto é pioneiro na entidade promotora e no concelho de atuação. As atividades náuticas e os seus equipamentos associados apresentam-se como respostas tipificadas ao nível da competição, e cingem-se, na sua maioria, à prática das modalidades por parte de atletas federados. Cada vez mais, tanto a autarquia como entidades desportivas vêm sobre si a responsabilidade de contribuírem, de forma gradual e eficiente, para o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos que as procuram. O remo e a canoagem há muito que já ultrapassaram a normativa de acesso a elementos federados. Intervir em áreas como a formação, manutenção e competição de crianças e jovens, praticantes em geral, torna-se imprescindível na atuação das entidades da área desportiva, bem como funcionam como importantes veículos de promoção da mobilidade e do desporto no concelho, aliado à crescente utilização de uma estrutura desportiva por excelência, para as modalidades náuticas, ao dispor e acesso de todos.

Um outro aspeto que poderá resultar inovador é o facto de apostar na integração e no enraizamento da equipa técnica do projeto na comunidade local, passando sobretudo pela implementação da sede do projeto na freguesia de atuação (que é uma das maiores do concelho), bem como a articulação/proximidade estabelecida com todas as freguesias onde serão efetuados serviços, primeiramente para fortalecer as relações com a comunidade numa lógica de aproximação vs "outsiders" e, em segundo, para aproveitar ao máximo a implementação da estratégia de investigação-ação, que se pretende adotar no projeto, no sentido de articular o "saber-fazer" dos técnicos com as práticas no terreno.

Outro aspeto inovador prende-se com o uso exclusivo e de gestão do projeto através de uma plataforma *online*, disponível através da criação exclusiva de uma página web que permitirá a todos os potenciais utilizadores, parceiros e demais participantes o acesso à informação privilegiada deste mesmo projeto.

Inovador seria também o facto de envolver e implicar Técnicos/Monitores no projeto, tanto nas atividades como nas reuniões. Penso que, desta forma, seria muito mais fácil implicar os elementos da equipa técnica e fazê-los crer que o projeto constituirá uma mais-valia para os mesmos, bem como fazer surgir no pessoal trabalhador a responsabilidade no sucesso do projeto. O facto de se utilizar no projeto uma visão sistémica, que concentre a questão bio-psico-social dos indivíduos, inseridos na

comunidade, será também uma forma de ajudar a perceber como se comporta a população - alvo dentro do sistema social e comunitário e, de que forma esse comportamento poderá ser aproveitado para a sua inserção/promoção/participação desportiva. Este aproveitamento passará pela diversidade de experiências de cada um, tão importantes no enraizamento e partilha social de saberes. E quando falo em diversidade de experiências, não me refiro apenas à diversidade da população – alvo, mas também à diversidade de saberes com que cada parceiro e técnico do projeto poderão contribuir na execução do mesmo, tanto numa lógica de reforço de competências já adquiridas e usadas em diversas outras iniciativas, como numa lógica de aplicar novas ideologias e novas formas de intervenção desportiva integrada. Pretende-se chegar à participação integrada da população - alvo, em conjunto com a equipa do projeto, de forma a conseguir "tocar" nos mesmos, apelando também à corresponsabilização tanto do consórcio/parceiros, como dos próprios habitantes das freguesias de atuação, de forma a, todos juntos, se conseguir dar vida a este projeto que se adivinha de grande importância desportiva para o concelho de Montemor-o-Velho.

3.2.14. DIVULGAÇÃO

No que concerne a mecanismos do projeto que irão permitir alimentar o sistema de informação do projeto, no que se refere à situação e resultados do mesmo, saliento que deverão ser usados os seguintes: 1) elaboração de uma *newsletter* informativa mensal ou bimestral à comunidade, de forma a fazer um ponto de situação sobre determinados aspetos do projeto: praticantes, instalações, serviços, atividades, pessoal, etc.; 2) relatório de avaliação das atividades e serviços desenvolvidos nas modalidades do projeto, com base em grelhas de avaliação a criar para o efeito; 3) reuniões periódicas a estabelecer entre a equipa técnica da entidade promotora do projeto e as entidades parceiras do mesmo; 4) promoção de visitas regulares pelas entidades competentes às valências do Projeto (Câmara Municipal, Parceiros, etc.); e 5) criação de uma página web, de uso exclusivo para o projeto e sua gestão.

3.2.15. PERTINÊNCIA

O concelho de Montemor-o-Velho está equipado com a melhor estrutura de prática desportiva náutica do País e uma das melhores da Europa. A freguesia é extensa e os

lugares são dispersos geograficamente, não havendo cobertura suficiente ao nível da prática desportiva e, conseqüentemente da prática náutica. Quanto aos indivíduos que procuram a prática da modalidade de remo ou canoagem, regista-se um progressivo aumento da sua procura, que não se coaduna com a oferta de serviços existente.

Na caracterização do território, efetuada anteriormente, pudemos tomar perceção de que as modalidades de remo e canoagem são das menos procuradas, precisamente pela centralidade da oferta da qual se revestem e pela inacessibilidade às mesmas, por parte da maioria das crianças e jovens. As modalidades náuticas de remo e canoagem apresentam uma deficiente taxa de cobertura e reduzida capacidade de resposta. A registar que, no concelho de Montemor, apenas o CIM oferece o remo e a canoagem como modalidades náuticas.

Desta forma, e tendo em conta a breve caracterização da situação atual do concelho face às camadas jovens do mesmo e resultados da prática desportiva que se realiza, estou convicta de que o presente projeto se enquadra perfeitamente nos instrumentos de planeamento da Carta Desportiva Concelhia, nomeadamente, no que concerne aos equipamentos desportivos acessíveis, uma vez que a maior parte das propostas de ação referidas no projeto se prendem com o a utilização dos equipamentos, por parte de todo o concelho.

O facto da prática destas modalidades ser pouco difundida no concelho, remete-nos para a importância de um projeto neste sentido, de forma a colmatar alguns problemas existentes ao nível da procura e oferta desportiva de excelência e não tipificada.

CONCLUSÃO

O projeto de intervenção aqui apresentado reúne todas as características de um projeto de desenvolvimento local, já que aponta para uma mudança a operar num território e numa comunidade de pequena dimensão e tem como objetivo responder a necessidades das populações residentes que, num determinado momento, não se encontravam satisfeitas. Para tal, procura sempre recorrer ao que de existente havia no local, considerando a necessidade de envolver a comunidade e as pessoas na busca de soluções para os seus problemas ou necessidades (neste caso, desportivas). Isso não obsta, no entanto, a que o projeto preveja igualmente o recurso ao que existe fora da freguesia, ou mesmo do concelho, onde se localiza a associação

em causa, evitando o risco de inibir ou substituir o que o mesmo território de intervenção tem enquanto potencialidade endógena. Por último, é importante salientar que se trata de um projeto que aposta na parceria como estratégia fundamental e que preocupa por isso em mobilizar uma grande variedade de intervenientes.

Como procurei mostrar, o projeto pode dar um importante contributo para diversos aspetos relevantes da vida local: 1) uma melhoria das condições de vida de crianças e jovens do território de Montemor-o-Velho; 2) o reforço das respostas a oferecer ao nível do desporto náutico; 3) um maior leque de oportunidades na mesma área; 4) o recurso a novas metodologias de trabalho e de intervenção, mais apropriadas ao território e às necessidades identificadas; 5) uma nova perspetiva de desenvolvimento, mostrando a adoção de estratégias não tipificadas de resolução de problemas; 6) uma maior cooperação entre entidades/clubes/associações, técnicos e infraestruturas.

Assistimos cada vez mais a uma abrangência crescente dos hábitos desportivos por parte das populações e a não resposta a este fenómeno traz obstáculos ao desenvolvimento. Igualmente importante é frisar que os diferentes hábitos desportivos patentes numa determinada população são demonstrados consoante o espaço e o território onde essas mesmas populações estão inseridas, dado que o desporto é intrinsecamente ligado ao universo cultural e ambiental de cada local (espaço rural no caso específico deste projeto). Por isso, e como procurei fazer, a intervenção neste domínio, sem descurar tendências evolutivas gerais, deve ser particularmente sensível às especificidades locais.

A situação em que se encontram atualmente os desportos náuticos no território de atuação do projeto resultam da conjugação de 3 fatores: a influência que é exercida sobre o indivíduo, a implementação de estratégias de captação e a disponibilidade individual para participação. Neste quadro, não podemos descurar o propósito de atuação das entidades com responsabilidades públicas e associativas, que têm uma tendência para responder às necessidades das populações de acordo com o que elas próprias vão convencionando que são essas necessidades, ao invés de apostarem num plano estratégico ou num diagnóstico da realidade em que atuam. E aqui, observamos que o desporto nada mais é do que o sentido sistémico do meio onde o indivíduo está inserido, onde a concorrência entre práticas desportivas se torna uma realidade, levando os indivíduos a apostar numa modalidade em detrimento de outra, no âmbito de competição.

Posto isto, e no que concerne a boas práticas a desenvolver no terreno, a aposta passa pela adoção de sinergias entre as várias entidades com atuação no campo do desenvolvimento desportivo, enquanto recurso esclarecedor no planeamento de ofertas e na gestão de equipas. Isto é possível se apostarmos na adoção de uma política pública desportiva de ação, em que o conhecimento da realidade do território, o rigor e a exigência suportem uma organização eficaz e eficiente e a implementação de uma verdadeira política local. Infelizmente temos vindo a assistir um pouco ao oposto, ou seja, a políticas públicas de omissão, em que o Estado se limita a supervisionar a atuação desportiva com base em documentos legislativos e delega a intervenção no terceiro setor por não possuir recursos na área nem *know-how* suficiente para intervir eficazmente junto das populações.

Creio que o desenvolvimento desportivo deve assim pautar-se pela existência de uma política de desenvolvimento iniciada local ou regionalmente, mas nunca reprodutora do modelo economicista e social dominante, pois cada território é único e deve apostar em que a própria população seja diligente na procura das suas próprias potencialidades.

Como discuti neste relatório, a realidade desportiva está a sofrer grandes mudanças, que se manifestam também das posturas dos clubes desportivos, que vêm reorientando as suas estratégias para dar primazia às atividades desportivo-corporais. Isso gera maior concorrência entre entidades, levando-as a alterar as suas orientações para uma lógica de mercado, ainda que não abandonando as suas missões.

Essa tendência revela-se, no meu terreno de trabalho, na baixa disponibilidade das entidades locais para apoiar e assumir responsabilidades de consórcio, dentro de uma parceria, sobretudo na atual conjuntura económica – o que, naturalmente representa uma dificuldade para o desenvolvimento do presente projeto. Contrariar tal tendência e contribuir para o reforço da cooperação interinstitucional e interassociativa, neste caso em prol do contributo da atividade desportiva associativa para o desenvolvimento local e a melhoria das condições vida das populações, é talvez o maior desafio que a implementação do projeto enfrenta. O sucesso das respostas a esse desafio é, em meu entender, fator essencial para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado, sustentado e capaz de ir ao encontro das necessidades e expectativas das populações – no domínio desportivo, aquele que é objeto deste trabalho, como noutros domínios vitais à qualidade de vida e da cidadania local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **AMARO**, Rogério Roque (2000). “Desenvolvimento local e cidadania” in *II Seminário Internacional – Intervenção das Autarquias na Área Social no Início do 3º Milénio*, Fundação Bissaya Barreto – Centro de Estudos e Formação, Coimbra: 29 e 30 de Junho de 2000: 75 – 95;
- **AMARO**, Rogério Roque (2004). *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. (policopiado);
- **AMARO**, Rogério Roque (1991). “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 10: 161 – 182;
- **ARAÚJO**, J. (1986). *Guia do animador e dirigente desportivo*. Coleção desporto e tempos livres. Editorial Caminho. Lisboa;
- **BATISTA**, F. (2001). *Plano estratégico de desenvolvimento desportivo*. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Montemor-o-Velho;
- **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**. *Carta desportiva do concelho de Montemor-o-Velho*. www.cm-montemorvelho.pt;
- **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO** (2004). *Diagnóstico Social do concelho de Montemor-o-Velho*. www.cm-montemorvelho.pt;
- **CARVALHO**, M. (1994). *Desporto e autarquias locais*. Campo de Letras Editores, Porto, 1994;
- **CATARINO**, Acácio F. (1998). “Desenvolvimento local: alguns imperativos e recomendações” in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*. Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade. Idanha-a-Nova, 13 de Junho de 1997. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 177 – 188;
- **CIMA**, César Tiago Afonso Costa de (2012). *Determinantes locais e regionais do desempenho desportivo das entidades do Terceiro Sector: o caso dos clubes da Associação de Futebol de Braga*. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão;
- **COELHO**, Luís Alberto (2008). *Associativismo e desenvolvimento local: o caso de Ribeira da Pena*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local: território, sociedade e cidadania. Universidade de Trás os Montes e Alto Douro: Departamento de Economia, Sociologia e Gestão;

- **CORREIA**, José Pinto (2008). “Políticas públicas desportivas: ações e omissões” in *Fórum Olímpico de Portugal: Desporto e Desenvolvimento Humano*;
- **CHARRO**, José Alberto (2004). *Associativismo desportivo concelho de Montemor-o-Velho. Levantamento e análise da situação Plano estratégico de desenvolvimento*. Dissertação de mestrado em gestão e direção desportiva. Universidade da Extremadura: Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais;
- **CLUBE INFANTE DE MONTEMOR** (2009). *Plano Estratégico 2009/2012*. Policopiado;
- **COSTA**, M. (1985). *Organização do desporto, relatório do seminário Desporto e Autarquias*, 21 a 23 de Janeiro de 1985, SED-DGD, Lisboa;
- **CRESPO**, J. (1978). “Para uma sociologia da cultura, o associativismo desportivo em Portugal” in *Ludens*, Vol. 2, nº 4. Julho 1978;
- **DIAS**, Cláudia et al. (2001). “O desporto como contexto para a aprendizagem e ensino de competências de vida: Programas de intervenção para crianças e adolescentes” in *Análise Psicológica* (2001), 1 (XIX): 157 - 170;
- **ELIAS**, N. et **DUNNING**, E. (1994). *Sport et civilization la violence maitrisée*. Editions Fayard: 393;
- **FERNANDES**, Sara et al. (2006). “A prática desportiva dos jovens e a sua importância na aquisição de hábitos de vida saudáveis” in **PEREIRA**, Beatriz e **CARVALHO**, Graça S. (Coordenadoras) (2006), *Educação Física, Saúde e Lazer. A Infância e Estilos de Vida Saudáveis*. Lisboa, LIDEL Edições Técnicas, Lda., 39-48;
- **FERNANDO**, César Alexandre Caeiro (2011). *Actividades físicas integradas: o caso do Concelho de Seia*. Dissertação de Mestrado em Lazer e Desenvolvimento Local. Universidade do Coimbra: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física;
- **FONSECA**, Fernando Pereira da (2006). *O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida*. Dissertação de Mestrado em Engenharia. Universidade do Minho: Departamento de Engenharia Civil;
- **FRAGOSO**, António (2004). *Investigando em rede no desenvolvimento local: um estudo de casos*. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, Braga, Maio de 2004. www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm (18/08/2004);
- **GONÇALVES**, Artur et al (2008). in **PEREIRA**, Beatriz Oliveira; **CARVALHO**, Graça Simões de, (coord). – “Os tempos livres e os quotidianos na definição de estilos de vida de jovens rurais e urbanos: influência da escolarização e dos recursos comunitários” in

Actividade física, saúde e lazer: modelos de análise e intervenção. Lisboa: Lidel, 2008. ISBN 978-972-757-502-2. p. 149-164;

- **GONÇALVES**, Artur et al (2007). in **PEREIRA**, Beatriz Oliveira; **CARVALHO**, Graça Simões de; **PEREIRA**, V. (ed. Lim) – “Diferenças de estilos de vida entre populações jovens de meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga)” in *Novas realidades, novas práticas: actas do Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde*. Braga, Portugal. [CD-ROM]. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho;
- **INSTITUTO DE DESPORTO DE PORTUGAL (IDP, IP)** (2011). *Estatísticas do desporto de 1996 a 2009*;
- **INSTITUTO DE DESPORTO DE PORTUGAL (IDP, IP)** (2011). *Livro verde da atividade física*. Observatório Nacional de Atividade Física e do Desporto. Lisboa;
- **INSTITUTO DE DESPORTO DE PORTUGAL (IDP, IP)** (2011). *Plano Nacional de Atividade Física*;
- **INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)** (2011). *Censos 2011: resultados provisórios por freguesia*. www.ine.pt;
- **JANUÁRIO**, Carlos et al (2009). “Políticas públicas desportivas: avaliação do nível de execução e eficácia nos municípios da área metropolitana do Porto” in *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Porto: Vol. 9, nº 2. Faculdade de Desporto. Universidade do Porto. Portugal;
- **MARIVOET**, Salomé (1993). “Hábitos desportivos na sociedade portuguesa” in *Ludens*. Vol. 13, Jul – Dez;
- **MARIVOET**, Salomé (2002). “O conceito de desporto” in *Aspectos Sociológicos do Desporto*, Coleção Horizonte de Cultura Física. Livros Horizonte. 2002: 23 – 32;
- **MARIVOET**, Salomé (2002). “Novas mentalidades no espaço desportivo” in *Aspectos Sociológicos do Desporto*, Coleção Horizonte de Cultura Física. Livros Horizonte. 2002: 33 – 44;
- **MARIVOET**, Salomé (2002). “Tendência da procura desportiva em Portugal” in *Aspectos Sociológicos do Desporto*, Coleção Horizonte de Cultura Física. Livros Horizonte. 2002: 55 – 66;
- **MARIVOET**, Salomé (2003). *Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu*. Movimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil. Vol. 9, núm. 2, 2003: 53 – 70;

- **MONTEIRO**, Alberto de Oliveira (2007). *Desporto: da Excelência a Virtude, um caminho de vida para crianças, jovens e adulto. Fundamentos desportivos, antropológicos, culturais e pedagógicos. Uma investigação qualitativa realizada no Sporting Clube de Braga (categorias de base) e ainda a participação de atletas (profissionais) de elevado nível internacional*. Braga, Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho;

- **MONTEIRO**, Alcides (2004). *O que as move? Ensaio de uma tipologia sobre as iniciativas de desenvolvimento local (idl's) e as suas orientações na/para a acção*. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, Braga, Maio de 2004.
http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616d9cf88ba3_1.pdf. (18/08/2004);

- **NETO**, C. (1997). “Mudanças sociais, desporto e desenvolvimento humano” *In A. Correia (Ed.) O Desporto em Portugal: opções e estratégias de desenvolvimento*. Actas do II Congresso de Gestão do Desporto. Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, pp. 25-34;

- **PIRES**, G. (1995). *Desporto, planeamento e gestão de projectos*. Edições FMH, Lisboa;

- **QUINTAS**, Célia (2000). *O Mito da Interioridade – Desenvolvimento local no Alentejo*. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia;

- **RIBEIRO**, J. et al (2000). *Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal*. NIPE WP2/2001. Núcleo de Investigação de Políticas Económicas. Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão. Comunicação apresentada no Seminário Internacional de “Equipamentos Desportivos – Novas Perspectivas de Gestão” de 23-24 Novembro de 2000. Associação de Municípios do Distrito de Évora;

- **ROMÃO**, João Caldeira (2005). “Políticas educativas e sociais no desporto” in *Congresso do Desporto*. Faro: Congresso Distrital de Faro;

- **STOHR**, Walter B. (1990). “On the theory and practice of local development in Europe”, STOHR, Walter (Ed.) in *Global Challenge an Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. The United Nations University, London and New York: Mansell: 35 – 54;

- **VISEU**, José (2002). “Inovação, política e tecnologias do desporto” in *Política – Inovação – Desporto: uma análise crítica sobre o sector do desporto em Portugal*. Aplicativo do Curso de Formação Avançada em Políticas e Gestão da Inovação do PROINOV. Presidência do Conselho de Ministros do XIV Governo Institucional da República Portuguesa (trabalho não publicado). Universidade de Aveiro. 2002: 93 – 107;

- **WADE** (1986). “Estrutura modelo de clubes amadores, semiprofissionais e profissionais” in *Futebol em revista*. Nº 20, 4ª série, FPF, Lisboa.